



INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

CARLA PATRÍCIA PINTADO NÚÑEZ

**Violência contra professores da rede municipal de Porto Alegre:  
reflexões sobre a visão dos docentes**

Porto Alegre, Dezembro de 2015

CARLA PATRÍCIA PINTADO NÚÑEZ

Violência contra professores da rede municipal de Porto Alegre:  
reflexões sobre a visão dos docentes

Trabalho de Conclusão de Licenciatura  
apresentado como requisito parcial para  
obtenção do título de Licenciada em  
Ciências Sociais pelo Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul – IFCH – UFRGS

Professora Orientadora: Dra. Célia  
Elizabete Caregnato

Porto Alegre, Dezembro de 2015.

## LISTA DE ABREVIATURAS

ATEMPA	Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre
FACED	Faculdade de Educação
LGBT	Lésbicas Gays Bissexuais Transexuais
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RMPA	Rede Municipal de Porto Alegre
SEC	Secretaria Estadual de Educação
SMED	Secretaria Municipal de Educação
SIMPA	Sindicato dos Municipários de Porto Alegre
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## LISTA DE QUADROS, TABELAS E FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

Quadro 1- Principais denúncias nas escolas estaduais de POA em 2012.....	9
Quadro 2- Ocorrências em escolas municipais durante 2013.....	10
Tabela 1- Manifestações gerais de violência nas escolas A, B e C.....	23
Tabela 2- Manifestações de violência sofrida pelos docentes nas escolas A, B e C.....	24
Tabela 3: Violência psicológica, ameaças e violência física por alunos ou parentes.....	25
Tabela 4: Porcentagem de registros na SMED e/ou BO em delegacias.....	26
Ilustração 1- Sindicâncias.....	32
Ilustração 2- Modificação curricular arbitrária.....	32
Ilustração 3- Linha do Tempo da Violência.....	33

## SUMÁRIO:

### RESUMO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	6
2.1- A delimitação da pesquisa e escolha das escolas.....	6
2.2- Pesquisa qualitativa e estudo de caso.....	7
2.3- Limitações e continuidade da pesquisa.....	8
2.4- Porto Alegre e violência.....	8
3. BREVES REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE VIOLÊNCIA ESCOLAR.....	10
3.1-Algumas iniciativas públicas contra a violência escolar.....	16
4. A VIOLÊNCIA NA VISÃO DOS DOCENTES.....	20
4.1- A Frente Parlamentar Contra Violência nas Escolas.....	20
4.2 - A voz docente em questionários e entrevistas.....	23
4.3- Outros dados sobre violência escolar.....	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35
7. ANEXOS	
8. APÊNDICES	

## RESUMO

Neste Trabalho de Conclusão de Licenciatura trato do tema da violência relativa a docentes da rede municipal da educação pública de Porto Alegre e as percepções que estes têm sobre violência no âmbito escolar. Trata-se de uma investigação exploratória, com diversas características de estudo de caso e as técnicas de pesquisa utilizadas foram: observação participante, análise documental, entrevistas e aplicação de questionários em três escolas municipais. Os dados apontam para um alto número de ameaças e violência verbal contra os docentes, geralmente praticadas por alunos nas salas de aula e em outros espaços escolares. Também apontam para um aumento de casos de violência física contra docentes, praticados por alunos e familiares no ambiente escolar. Mesmo sofrendo diversas manifestações de violência em seu cotidiano de trabalho, a maioria dos docentes, que sofreu agressões físicas, ameaças ou agressões verbais, não fez ocorrência em delegacias de polícia ou SMED. Há também alguns relatos de assédio moral contra docentes, que classifiquei como um tipo de violência institucional. Não posso neste estudo exploratório, apontar uma teoria específica sobre violência como guia, mas creio que a linha teórica que José Vicente Tavares de Souza aponta em seu trabalho fornece uma trilha interessante para continuar esta caminhada.

**Palavras-chave:** Escolas, Violência, Docentes.





## 1. Introdução

A violência escolar não é um tema novo. Há muitos estudos sobre violência nas escolas, principalmente violência contra e entre estudantes. Estudos sobre mal-estar docente também registram algumas características que perpassam a vida dos professores e professoras ao longo de suas carreiras, tais como baixos salários, precariedade nas estruturas da escola, desprestígio social e outros. Este trabalho tem como objetivo primeiro fazer um estudo exploratório da percepção de violência contra os professores da rede municipal de Porto Alegre na visão dos próprios docentes. O desejo de realizar tal trabalho estava latente dentro de mim já faz alguns anos, desde que ingressei na rede municipal de Porto Alegre, em 2008. Sou formada em Letras Espanhol pela PUCRS e desde o ano de minha formatura, em 1999 leciono língua espanhola em escolas, até os dias de hoje. É importante trazer neste momento um pouco de minha história de vida profissional porque a caminhada como professora e pesquisadora sempre estiveram muito próximas, e a construção de minha identidade profissional é fortemente pautada pelas minhas vivências como docente e acadêmica.

Desde antes de terminar minha primeira graduação em Letras, em 1997, iniciei meu trabalho como professora de espanhol em uma multinacional, a convite da coordenadora do curso, que era minha colega. Embora não estivesse formada, já tinha domínio de espanhol por ser minha língua materna. Paralelamente trabalhava também em um curso de idiomas, mas meu desejo era trabalhar em escolas, então assim que me formei ingressei numa escola da rede particular de Porto Alegre, na qual lecionei por dois anos. Em 2000 pedi demissão daquela escola após ser nomeada para vinte horas no magistério estadual e comecei a trabalhar mais vinte horas em outra escola particular, onde permaneci por dez anos. Em poucos meses de nomeada resolvi pedir exoneração do magistério estadual do RS, após a recusa pela SEC de transferência para o município de Viamão antes de acabar meu estágio probatório. Fiquei insatisfeita com o fato de ter sido nomeada para o Ensino Médio e ser colocada para trabalhar com turmas do Ensino Fundamental. O salário também não compensava o deslocamento de Porto Alegre a Águas Claras, local onde residia. Em 2001 iniciei o Mestrado em Educação na UFRGS e o conclui em 2003, sempre com “um pé na escola e outro na academia”. Em 2005 ingressei, via vestibular, no curso de Filosofia da UFRGS, mas logo no terceiro semestre percebi que o que buscava estava nas Ciências Sociais, especialmente na Antropologia, e novamente, via vestibular, troquei de curso. Em 2008 ingressei na rede

municipal de Porto Alegre (RMPA), com 20 horas no turno da tarde e em 2010 deixei a rede particular. Em 2014 concluí o Bacharelado em Ciências Sociais, com TCC na área de Antropologia da Religião, sobre Espiritismo no Uruguai e espero que este trabalho permita finalizar minha Licenciatura em Ciências Sociais.

O ingresso na prefeitura inicialmente causou um choque de realidades, por mais de um motivo, mas os principais eram as diferenças gritantes de classe social que atendia e também a faixa etária. Como coloquei antes, trabalhei durante dez anos (2000-2010) com Ensino Médio, numa escola Luterana, de classe média alta. Na prefeitura, trabalhei nos primeiros três anos com 20 horas no segundo ciclo do Ensino fundamental, numa escola de periferia da Zona Norte. O primeiro mês foi o mais difícil, quase desisti porque achava que jamais aprenderia a lidar com crianças e pré-adolescentes daquela faixa etária. Após ir conhecendo os alunos e me acostumando à nova realidade, o que mais me chocou foi a violência a que aqueles estudantes estavam expostos e as práticas violentas que eles reproduziam. Resolvi investigar alguns casos junto ao SOE e fiquei sensibilizada ao conhecer as histórias de abuso e abandono que grande parte dos “alunos difíceis” tinha vivenciado, muitos moravam naquela época em casas de passagem, conhecidas como Aldeias Infantis SOS. Nos três anos naquela escola, vi colegas serem agredidos por alunos; negligência da direção em casos de violência entre alunos, inclusive de ameaças com facas e tesouras de ponta dentro da escola. Após criticar de forma construtiva, durante uma reunião pedagógica, a não intervenção da direção num caso sério de agressão física entre alunos envolvendo faca e tesoura de ponta, fui prejudicada em meu estágio probatório. A diretora e uma das supervisoras que retornava à escola, após seis meses de licença, atrasaram deliberadamente as três últimas avaliações do meu estágio probatório e tentaram diminuir minha nota nessas três avaliações, que foram feitas no mesmo dia, alegando coisas que não haviam ocorrido. Creio que não conheciam minha trajetória docente, mas já naquela época não poderia ser considerada uma professora “novata” e quando reagi contestando cada coisa e afirmando que iria buscar meus direitos, a direção voltou atrás e começou a elogiar meus trabalhos e a pedir que permanecesse na escola, mas fiquei bastante desconfortável e desconfiada para continuar lá. Segui mais um semestre, mas após sofrer duas ameaças de um menino de doze anos que tinha problemas de transtorno mental com sucessivos surtos, internações e histórico de agressão a colegas e professores, resolvi trocar de escola. Esses fatos plantaram em mim a semente da

reflexão sobre a complexidade e diversidade da violência escolar, e essas questões ficaram amadurecendo internamente, durante alguns anos. Nessa época já trabalhava em três escolas do município com dez horas de manhã na Cavahada, vinte horas de tarde na Zona Norte e dez horas de noite na Zona Norte. Ao escolher sair da tarde da minha primeira escola e ir para a Restinga, a SMED me tirou da outra escola da noite da Zona Norte, na qual gostava de trabalhar, alegando que poderia perder muito tempo em deslocamento e acabaria me atrasando. Não gostei muito da medida, mas acabei concordando e ficando com 30 horas na Restinga e 10 na Cavahada.

A violência da Restinga em 2012, inicialmente foi um novo choque na minha caminhada. No ano anterior, havia vivenciado dois tiroteios em plena manhã, na escola da Cavahada e isso tinha me preocupado profundamente. Quando comecei a trabalhar quatro tardes e duas noites por semana na Restinga, os tiroteios eram semanais. Esse bairro apresenta, além do problema do tráfico, comum em todas as regiões periféricas de Porto Alegre, o problema de disputa territorial de gangues juvenis. Os constantes “acertos de contas” geralmente ocorriam durante o dia, nas ruas laterais à escola, com tiros e mortes que afetavam diretamente a comunidade escolar, já que frequentemente o agressor ou a vítima tinham parentes estudando na escola ou era um estudante da instituição. Certa tarde de verão, por volta das dezoito horas, durante o intervalo entre os turnos da tarde e noite, estava com alguns colegas lanchando na parte externa de um restaurante, numa das principais avenidas da Restinga, quando um motoqueiro passou a menos de cem metros de onde nos encontrávamos e alvejou um pedestre, ficando o corpo deste atirado no chão. Éramos aproximadamente dez colegas à mesa, todos com no mínimo um ano trabalhando no bairro e a reação que tivemos ao presenciar esse fato, ainda me choca. Mesmo com uma sequência de tiros de metralhadora quase do nosso lado, ninguém pensou em se abaixar, proteger ou se esconder no comércio. E quando a moto saiu e os tiros pararam nenhum de nós se levantou para olhar o corpo, chamar a polícia ou reagir de alguma forma. A reação grupal foi nos olharmos e continuarmos nosso lanche, numa apatia que me perturbou (e a outros colegas) horas mais tarde. A naturalização coletiva da violência registrava aquilo como comum no bairro, nem valia mais a pena se espantar. Entre os anos de 2013 e 2014 alguns alunos da escola foram assassinados, inclusive jovens a quem tinha dado aula, e isso também foi deixando suas marcas.

Sempre me considerei uma pessoa bastante otimista e com grande capacidade de resiliência, mas nos últimos anos a exposição constante a situações de violência escolar tem me desgastado bastante. Em 2013, após vários episódios de violência na escola, com agressões constantes entre alunos e todo tipo de incivilidade por parte de algumas turmas do dia, por um lado; e frequentes tiroteios no entorno da escola, geralmente no turno da tarde, por outro, comecei a adoecer. Cheguei a apresentar um quadro de stress profundo com alguns episódios de pânico e princípio de depressão, o que me obrigou a repensar a permanência na rede municipal. Não eram desconhecidos para mim os estudos sobre síndrome de Burnout e outras doenças que afetam professores ao longo dos anos e não queria ser mais um dado para essas estatísticas, por isso, após algumas avaliações com profissionais de saúde, decidi em 2014, pedir redução de carga horária, ficando com trinta horas na rede até agosto deste ano. A carga horária menor, embora com um salário menor, mostrou-se bastante positiva em meu cotidiano e tive oportunidade de participar de eventos acadêmicos e trabalhar com questões mais criativas e prazerosas. Contudo, no primeiro semestre deste ano, a escola da manhã estava com grande falta de RH e um pouco desorganizada, o que colaborou para aumento de casos de violência na escola, já que tanto os setores quanto a direção tiveram que entrar diversas vezes em sala de aula, deixando de atender casos de brigas entre alunos, ameaças, etc. Nesse contexto, sofri ameaças repetitivas de agressão, por parte de uma aluna da escola da Cavahada, após pedir que realizasse uma avaliação e não agredisse os colegas. A escola mostrou-se resistente, num primeiro momento, a chamar os responsáveis, por considerar a família “difícil” de lidar e mostrar medo da reação da mesma. Já um pouco cansada e conhecendo o significado de “família difícil” naquela localidade, resolvi procurar o RH da SMED explicando a situação, com fotocópias das ocorrências ao SOE da escola e também do BO feito numa delegacia e solicitei a transferência daquelas dez horas para uma escola menos violenta, secretaria ou redução imediata de carga horária. A resposta que obtive no mesmo dia é que em todas as escolas ocorriam ameaças a professores e violência, que não teria como ficar na secretaria porque faltava RH nas escolas. Sem outra opção que favorecesse minha saúde, solicitei a redução imediata de carga horária, com mais uma redução significativa de salário, passando então a atuar com 20 horas semanais na EJA da Restinga.

Essa situação provocou novas reflexões acerca de minha permanência na rede municipal, são muitas as desvantagens que os docentes têm sofrido nos últimos anos.

Além do aumento de violência no cotidiano das escolas da rede, no qual os professores têm se tornado alvo constante daqueles a quem deveria educar, há uma exigência cada vez maior de trabalhos burocráticos por parte da SMED, como o acréscimo no trabalho docente da realização de chamada eletrônica e ponto eletrônico, com a manutenção das chamadas e assinaturas de livro-ponto em papel. Também houve significativo corte de carga horária para setores fundamentais nas escolas, como SOE, Coordenação de turno e Biblioteca, além do corte de projetos importantes, como o Laboratório de Aprendizagem, a Rádio e diversos outros projetos educativos no contraturno. Além disso, para o próximo ano está prevista uma redução de carga horária semanal nos períodos de arte e educação física, feita de forma arbitrária, causando desvalorização dessas disciplinas, privando os alunos das mesmas e deixando os docentes dessas áreas na incerteza se serão ou não aproveitados em suas escolas de lotação ou deverão procurar outros locais para complementar sua carga horária de trabalho.

Nesta pesquisa serão apresentados dados sobre a percepção de violência escolar por docentes da rede municipal de Porto Alegre. A partir de uma revisão bibliográfica de textos publicados entre 2001 e 2015, procurei fazer uma reflexão teórica sobre o assunto e elaborar um instrumento que foi aplicado em três escolas públicas da rede municipal de Porto Alegre, para compreender como os docentes desta rede municipal percebem a violência no âmbito escolar. Esta pesquisa privilegia a abordagem qualitativa e poderia ser qualificada como um estudo de caso. As técnicas de pesquisa utilizadas foram: aplicação de um questionário com questões abertas e fechadas, análise documental, entrevistas e observação participante. O questionário também foi aplicado em outras escolas da rede municipal de Porto Alegre para coletar mais dados acerca da violência no âmbito escolar que servirá de base para fundamentar um relatório que ajudarei a construir, realizado pela Frente Parlamentar Contra a Violência nas Escolas, com a qual estive colaborando<sup>1</sup> desde seu lançamento e da qual falarei mais no capítulo 4. O objetivo segundo deste trabalho é fornecer dados para que sejam pensadas políticas e ações de proteção e valorização aos docentes, que cada vez estão mais desgastados e desvalorizados em seus ambientes de trabalho. O objetivo terceiro, é provocar novas discussões sobre o assunto, e motivar colegas (docentes e pesquisadores) a continuarem e aprofundarem essa pesquisa, registrando e analisando as manifestações de violência no âmbito escolar a que sejam expostos ou obtenham relatos.

---

<sup>1</sup> Colaborei com a elaboração e aplicação do questionário nas escolas. Ainda participei da análise dos dados e da escrita do relatório da Frente, em colaboração com outros pesquisadores.

## 2. Caminhos Metodológicos

### 2.1 – A delimitação da pesquisa e escolha das escolas

A escolha desse tema, como já coloquei, tem a ver com minha trajetória pessoal e profissional: além de estar terminando a Licenciatura em Ciências Sociais, sou professora de língua espanhola da rede municipal de Porto Alegre desde 2008 e já presenciei diversas situações de violência nas escolas em que atuei, já sofri algumas ameaças de alunos e também pressão para não levar essas questões a público. Na época pensei que era algo pontual daquela escola, mas ao longo de minha trajetória como professora da rede, percebi que a violência está aumentando muito. Infelizmente algumas instituições tentam esconder esses fatos, talvez por pressão da Secretaria Municipal de Educação (SMED), por falta de recursos humanos para tratar dessas questões com a importância que elas demandam, ou por naturalizarem a violência como um elemento incorporado às relações escolares, sem acreditarem numa possibilidade de mudança.

As escolas que escolhi pesquisar localizam-se em bairros onde esse tipo de ocorrência violenta é frequente nas escolas. Um estudo de caso foi feito a partir de dados de três escolas municipais de Porto Alegre, localizadas uma na Zona Sul, bairro Restinga; outra na Zona Leste, bairro Lomba do Pinheiro e a terceira na Zona Norte, bairro Mario Quintana. Procurei escolher três regiões diferentes da cidade e escolas onde houvesse uma certa facilidade de acesso à minha pesquisa. O fato de ser professora da rede municipal, ter trabalhado em uma das escolas e conhecer colegas que trabalhavam em outras foi um fator importante de acesso às mesmas. Minha pesquisa iniciou em maio de 2015 com a participação na primeira reunião da *Frente Parlamentar Contra Violência nas Escolas* e o início da revisão bibliográfica para começar a pensar no TCL (Trabalho de Conclusão da Licenciatura). O Mapa de Violência de Porto Alegre, foi de grande ajuda para visualizar dados sobre a violência em nossa capital e pensar geograficamente, que instituições poderia buscar. Contudo, somente em agosto, após a primeira reunião de orientação, consegui dar o recorte necessário para guiar o trabalho.

## 2.2- Pesquisa qualitativa e estudo de caso

Concordo com ANDRÉ (2013) quando critica na cultura acadêmica, especialmente entre os pós-graduandos, a “necessidade de dar um nome a pesquisa”, muitas vezes fazendo-o de forma apressada. Sobre isso, coloca:

Na perspectiva das abordagens qualitativas, não é a atribuição de um nome que estabelece o rigor metodológico da pesquisa, mas a explicitação dos passos seguidos na realização da pesquisa, ou seja, a descrição clara e pormenorizada do caminho percorrido para alcançar os objetivos, com a justificativa de cada opção feita. Isso sim é importante, porque revela a preocupação com o rigor científico do trabalho, ou seja: se foram ou não tomadas as devidas cautelas na escolha dos sujeitos, dos procedimentos de coleta e análise de dados, na elaboração e validação dos instrumentos, no tratamento dos dados. Revela ainda a ética do pesquisador, que ao expor seus pontos de vista dá oportunidade ao leitor de julgar suas atitudes e valores. (ANDRÉ, 2013, P.96)

A abordagem de minha pesquisa é qualitativa, com várias características de estudo de caso. Já na introdução procuro deixar claros os motivos que me levaram a escolher trabalhar este assunto. Meus pontos de vista, assim como os de qualquer pesquisador, não são neutros, por isso fiz questão de escrever um trecho de minha caminhada docente e acadêmica. As técnicas de pesquisa utilizadas foram: a observação participante, questionários com questões abertas e fechadas, entrevistas e análise documental. Embora conheça às críticas ao perigo que excesso de subjetividade pode trazer para uma pesquisa, penso que recorrer aos conhecimentos e experiências pessoais, como complemento ao processo de compreensão e interpretação do fenômeno estudado, enriquece o trabalho.

A aplicação dos questionários utilizados nas três escolas que analisei foi feita no período de três semanas. Expliquei para as direções e supervisões o objetivo da investigação e pedi que, nas reuniões pedagógicas, entregassem os questionários aos docentes e repassassem as explicações que tinha dado. Contudo apenas trinta e cinco por cento dos questionários distribuídos voltaram respondidos. Não solicitei identificação nos mesmos, mas disponibilizei meu e-mail e uma explicação de que esse questionário poderia ser usado como dado num trabalho de conclusão da UFRGS e também num relatório da Frente Parlamentar contra a violência. Os docentes dispostos a contribuir com a pesquisa manifestariam isso da seguinte forma: devolvendo os questionários preenchidos. Além dos questionários, entrevistei membros das equipes pedagógicas

dessas escolas, membros da direção da ATEMPA e o vereador Professor Alex Fraga, por ser o presidente da *Frente Parlamentar Contra Violência Nas Escolas* e também professor da rede municipal de Porto Alegre. Participei de várias reuniões da Frente Parlamentar, e fiz análise de documentos fornecidos pela SMA, SMED e ATEMPA.

### **2.3- Limitações e continuidade da pesquisa**

A principal limitação desta pesquisa foi o tempo, conferindo a ela um recorte bem mais limitado do que gostaria. Este tema tem potencial e extensão para ser discutido numa tese de doutorado (talvez o faça um dia, ou motive algum colega a fazê-lo, se me faltar fôlego), mas tive que trabalhar com os prazos e espaços de um TCL de graduação. Além disso, nos meses da pesquisa, meu cotidiano foi dividido entre as atividades de trabalho como professora de espanhol da rede municipal; acadêmica, cursando Estágio em Sociologia e dona-de-casa, co-responsável por um menor de onze anos desde o ano passado. Considero importante relatar as condições em que a pesquisa foi realizada para entender melhor suas limitações.

Outro ponto limitador foi a falta de dados sistematizados sobre agressões e violência contra professores na ATEMPA, SIMPA e SMED. Na ATEMPA fui muito bem recebida por duas pessoas da direção que colaboraram com o que puderam, mas explicaram que não possuem muitos dados sistematizados porque, durante sua atuação, concentram-se mais em mediar situações junto aos professores e instituições para dar os encaminhamentos adequados. Uma dirigente do SIMPA ficou de mandar algumas informações, mas assim como a ATEMPA, deu a entender que não possuem muitas informações sistematizadas e até o momento não as recebi. A SMED limitou-se a mandar um ofício de resposta à solicitação da frente parlamentar, relatando suposta violência contra onze professores e mais nada.

### **2.4 - Porto Alegre e Violência**

Segundo dados da Secretaria Estadual da Segurança Pública, organizados por KOPTTIKE e BASSANI (2014), através do MAPASEG-2014, em torno de 25% a 30% dos homicídios gaúchos em 2013 ocorreram em Porto Alegre. O MAPASEG-2014 é composto de quatro capítulos principais. No Capítulo I, é apresentado o sistema de segurança pública em Porto Alegre, a partir de um diagnóstico dos órgãos de segurança pública municipais, estaduais e federais que atuam na capital gaúcha. No Capítulo II

são mostrados os grupos considerados mais vulneráveis à violência urbana: crianças e adolescentes, mulheres, negros e negras, idosos, população LGBT e população em situação de rua. Sobre cada grupo foi feito um diagnóstico populacional, marco legal, indicadores de violência, rede de apoio e recomendações de ações a serem implementadas para a redução das vulnerabilidades identificadas. No Capítulo III são tratados temas transversais ao problema da violência que extrapolam o campo da educação e da saúde, desembocando no território da segurança pública, tais como: sistema de correições e controle policial; violências na escola e georreferenciamento. No Capítulo IV são mostrados alguns Mapas da Violência de quatro principais delitos na cidade de Porto Alegre, em 2013 e são eles: homicídio, roubo de veículos, tráfico de drogas e estupro. Os mapas e suas análises foram produzidos pelo Departamento de Gestão da Estratégia Operacional (DGEO) da Secretaria da Segurança Pública (SSP-RS), através de Acordo de Cooperação Técnica entre a Câmara Municipal de Porto Alegre, a SSP-RS e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, estabelecido exclusivamente para a produção desse relatório. No final são apresentados Infográficos, para resumir os principais indicadores apresentados em cada capítulo. A seguir apresentarei algumas figuras com gráficos sobre violência nas escolas de Porto Alegre que servem como informação complementar à minha pesquisa.

**Quadro 1- Principais denúncias nas escolas estaduais de POA em 2012**

<b>Quadro 12.1 – PESQUISA “VIOLENCIA NAS ESCOLAS” PORTO ALEGRE (1ª CRE) - 2012</b>	
Fonte: 1ª CRE- COPREVE-SEDUC/2012	
<b>Escolas Estaduais</b>	258
<b>Denúncias recebidas</b>	197
<b>Principais denúncias</b>	Lesões corporais, assaltos às escolas e aos alunos, tráfico de drogas, bullying, ameaças verbais, indisciplina.
<b>Escolas “alerta vermelho”</b>	Tereza Noronha Carvalho (Lomba do Pinheiro), Três de Outubro (Tristeza), Santos Dumont (Vila Assunção) Simões Lopes Neto (Teresópolis), Silva Paes (Medianeira), Paulo da Gama (Partenon), Martins Costa Jr. (Partenon) Pacheco Prates (Belém Velho), Rio Branco (Santa Cecília), Presidente Roosevelt (Menino Deus)
<b>Escolas “alerta amarelo”</b>	Mané Garrincha (Menino Deus), Parobé (Centro), Poncho Verde (Rubem Berta), Porto Alegre (Morro Santana), Protásio Alves (Azenha), Olegário Mariano (Floresta), Visconde do Rio Grande (Cavallhada), Padre Theodoro Amistad (IAP), Sarmiento Leite (Cristo Redentor)
* “Alerta vermelho” = 3 denúncias ou mais. “Alerta amarelo”: até 2 denúncias.	

Fonte: KOPTTIKE e BASSANI, 2014 p. 208

Pelo mapa anterior, das escolas estaduais, a violência escolar parece estar distribuída de forma mais parelha pelos bairros da capital. Contudo, muitos casos de

violência escolar não ultrapassam os muros da escola, e as informações e encaminhamentos ficam internos à instituição, principalmente em se tratando de violência psicológica, incivildades, etc.

O quadro abaixo mostra um quadro de ocorrências nas escolas da rede municipal de Porto Alegre, atendidas pela guarda municipal. Houve um total de 342 ocorrências nas 96 escolas do Município de Porto Alegre, durante o ano 2013, o que dá uma média de 3,6 ocorrências por ano em cada escola. Das tipificações colocadas, destacam-se agressão, ameaça e desordem como as ocorrências mais frequentes.

**Quadro 2- Ocorrências em escolas municipais durante 2013**

Quadro 3.5 - OCORRÊNCIAS NAS ESCOLAS EM 2013										
Fonte: Ofício nº 303, de 18/09/2014.										
Tipificações	Hu- maitá	Me- nino Deus	Cru- zeiro	Parte- non	Les- te	Restin- ga	Nor- te	Eixo- -Balta- zar	Pinhei- ro	Eixo- Sul
Agressão	1	0	5	5	7	6	3	6	13	5
Ameaça	3	2	3	1	2	10	3	4	1	7
Ato Obsceno	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0
Dano	2	1	1	3	8	14	5	3	6	8
Desobediência	0	1	0	0	1	1	0	1	0	0
Desordem	4	0	13	17	15	32	13	19	25	31
Furto	1	0	0	1	2	2	0	1	3	1
Homicídio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Incêndio	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Invasão	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Roubo	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1
Tóxico	1	1	0	0	1	2	4	1	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>5</b>	<b>22</b>	<b>28</b>	<b>40</b>	<b>68</b>	<b>29</b>	<b>36</b>	<b>48</b>	<b>54</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>342</b>									

Fonte: KOPTTIKE e BASSANI, 2014, p. 75

### 3. Breves reflexões sobre o conceito de Violência Escolar

Segundo Dahlberg e Krug (2002), em artigo introdutório de Informe Mundial sobre Violência e Saúde, da Organização Mundial de Saúde (OMS), apresentam uma descrição geral da violência e afirmam que:

É possível definir a violência de muitas maneiras. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. (DAHLBERG e KRUG, 2002, p. 3)

As autoras chamam a atenção para o fato de ao incluir a palavra “poder” na definição de violência, esta amplia o conceito, abarcando também “os atos que resultam

*de uma relação de poder, incluindo ameaças e intimidação”* bem como *“a negligência ou atos de omissão”*. Desta forma começamos a pensar em que tipos de violência poderiam ocorrer no âmbito escolar. Para ir delimitando o conceito trago a contribuição, de autores que vêm desenvolvendo pesquisa sobre o assunto.

ABRAMOVAY ET ALII (2002) fazem um completo estudo sobre violência nas escolas, do qual trarei algumas definições que considero pertinentes e inspiradoras para este trabalho. Numa primeira discussão, apontam o fato de que não existe consenso sobre o significado de violência e o que se considera violência varia em função do estabelecimento escolar e do status de quem fala. Poderiam ser apontados como violência escolar, atos de violência física (golpes, ferimentos, violência sexual, roubos, crimes); incivildades (humilhações, palavras grosseiras, falta de respeito) e violência simbólica ou institucional (violência das relações de poder entre professores e alunos; a negação da identidade e da satisfação profissional; a obrigação de suportar a indiferença dos alunos, entre outros). Outra colaboração importante das autoras é procurar entender as variáveis endógenas e exógenas envolvidas no fenômeno das diversas violências nas escolas. As primeiras referem-se às questões internas à escola, tais como: a faixa etária e nível de escolaridade dos estudantes; as regras e a disciplina dos projetos pedagógicos das escolas; o impacto do sistema de punições; o comportamento dos professores. As segundas referem-se aos fatores externos à escola, tais como: questões de gênero; relações raciais; situações familiares; espaço social das escolas; entre outros.

CHARLOT (2002) analisa como sociólogos franceses abordam a questão da violência e as distinções conceituais que eles propõem: a violência na escola (que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar, como por exemplo, um bando que entra para acertar contas com alunos); a violência à escola (quando praticada por alunos e visam diretamente a instituição e aqueles que a representam, como provocar incêndios, bater em professores ou insultá-los, etc.) e violência da escola (violência institucional simbólica, imposição de notas, formas como os agentes escolares tratam os alunos, atos vistos pelos estudantes como injustos, etc.). O autor chama a atenção para o fato de que se a escola é em grande medida impotente frente à violência na escola, ela dispõe de margens de ação na violência à e da escola. Outra discussão conceitual pertinente é a distinção entre agressividade (disposição biopsíquica reacional a frustração); agressão (ato que implica brutalidade física ou verbal) e violência (remete a uma característica da agressão, enfatiza o uso da força, do poder, da dominação). Coloca que toda agressão é violência

na medida em que usa força e que não se trata de tentar fazer desaparecer a agressividade e como consequência, a agressão e o conflito; mas de determinar quais seriam as expressões aceitáveis de agressividade e conflito e regulá-los pela palavra e não pela violência. Também chama a atenção para o fato de que:

...o acúmulo de incivildades (pequenas grosserias, piadas de mau gosto, recusa ao trabalho, indiferença ostensiva para com o ensino...) cria às vezes um clima em que professores e alunos sentem-se profundamente atingidos em sua identidade pessoal e profissional – ataque à dignidade que merece o nome de violência. (CHARLOT, 2002, p. 437)

O autor finaliza o artigo, recomendando a necessidade de estudar a tensão engendrada, ao mesmo tempo pelas relações sociais e pelas práticas quotidianas da escola, porque afirma ser bem raro encontrar alunos violentos entre os que acham sentido e prazer na escola.

ANSER ET ALII (2003) realizaram uma pesquisa<sup>2</sup> com o objetivo de conhecer a concepção de professores paulistas acerca da violência na escola. Os resultados mostram que os docentes identificaram agressão física, verbal e moral como tipos de violência e o aluno como agente de tais ações. Sobre a agressão física, 56% dos docentes colocaram que ocorre entre aluno-aluno; 27% na relação professor-aluno, ocorrendo sempre por iniciativa do aluno e apenas 16% afirmam que não ocorre agressão física no ambiente escolar. A agressão verbal tem o aluno como principal agente, tanto em relação com seus pares quanto na relação de professor-aluno, segundo 63% dos entrevistados. As autoras apontam para a fragilidade e insegurança dos professores e afirmam que:

O professor atravessa momentos difíceis em sua profissão, muitas vezes não sabe lidar com os problemas de violência em sala de aula. O medo de represálias por parte dos alunos deixa-o fragilizado; não encontrando respaldo do grupo de trabalho, deixa de colocar em prática alguns conceitos de reflexão e orientação. (ANSER ET ALII 2003, p. 78)

Concluem o artigo, afirmando que devem ocorrer investimentos em orientação e apoio aos professores, com aperfeiçoamento da prática pedagógica na relação professor-aluno, em parceria com as famílias, que em muitos casos são ausentes, para prevenir conflitos e problemas.

DUBET (2003), em artigo sobre a exclusão escolar na França, coloca que há reforço dos processos sociais de exclusão com o aumento das desigualdades e do desemprego e muitas vezes, embora a escola intensifique o seu raio de ação, ela exclui,

---

<sup>2</sup> A mostra envolveu 127 professores do ensino fundamental, médio e superior da rede particular e pública do interior paulista. Na investigação foi utilizado um questionário para o levantamento dos tipos de violência e diferencial semântico para o tipo de violência.

apesar das políticas que visam atenuar esse fenômeno. Um dos processos de exclusão escolar estaria no fato que os alunos são encaminhados, a realizar seus percursos escolares, mais pelo desempenho, que pelos seus gostos e preferências e os alunos que apresentam maiores dificuldades são encaminhados a trajetórias escolares menos valorizadas. Os alunos mais favorecidos socialmente, pertencentes a famílias com mais recursos culturais e competências educativas, no sentido de conhecerem “*os mecanismos sutis, próprio do funcionamento da escola*” (DUBET, 2003, p. 36) teriam vantagem sobre os desfavorecidos. As pesquisas sobre escolas passaram a estudar as escolas de periferias, e “*onde se via o filho de um operário, se veria um caso social*”. (DUBET, 2003, p. 37) Entre os problemas enfrentados nas periferias francesas, estariam o desemprego, a imigração, a delinquência, a violência e o abandono escolar. Surgem muitos trabalhos sobre violência no ambiente escolar, que passam a discutir a função socializadora da escola, da civilização como uma maneira de viver junto. Houve aumento de etnografias sobre racismo e outras agressões, que acontecem na relação entre alunos e entre e alunos e professores. O autor aponta ainda, que alunos de outras etnias acabam sofrendo um racismo velado e rejeitam a escola por perceberem que ela funciona como um mecanismo de exclusão. Acredita também, que “*a violência contra a escola e os professores é ao mesmo tempo um protesto não declarado e uma maneira de construir sua honra e sua dignidade contra a escola*”. (DUBET, 2003, p. 42)

MINAYO e NJAINE (2003) realizaram um estudo qualitativo a partir de depoimentos de estudantes e educadores de escolas públicas e privadas de três municípios brasileiros: Iguatu (CE); Juiz de Fora (MG) e Campinas (SP), no qual procuraram investigar o sentido atribuído às práticas de violência, como o porte de armas de fogo por alunos nas escolas, a mediação dessas práticas pelas instituições tradicionalmente responsáveis pela sociabilização das novas gerações (família e escola) e a influencia dos meios de comunicação, especialmente a televisão, na reprodução de comportamentos violentos praticados por jovens. Na visão dos professores investigados, um fator que faz com seus alunos tenham comportamentos agressivos, é o fato de que há famílias com muitos filhos em que os pais dedicam pouco tempo a sua educação; outro fator relacionado seria *uma presença cada vez menor do adulto na vida da criança, comprometendo sua noção de civilidade e companheirismo*. (MINAYO e NJAINE ,2003, p. 122) . Também apontam a falta de apoio das famílias em relação às questões escolares de seus filhos, e ainda, um repasse da função de preparar esses jovens para a vida, para os professores, que se sentem despreparados para tal função. O

medo de alguns docentes, frente à agressividade com que muitos alunos se dirigem a eles, leva a que muitos educadores desistam da profissão, por temer a violência por parte dos alunos. Os professores colocaram ainda que notícias violentas praticadas por jovens, veiculadas pela mídia, especialmente a televisão, como estudantes atirando em seus colegas em escolas dos Estados Unidos e ainda, a promoção de “maus modelos” (como os que vendem a idéia de sucesso econômico e fama fáceis ou delinquentes se dando bem) influencia negativamente a formação do caráter desses jovens, que passariam a desvalorizar a escolaridade, o conhecimento, o valor do estudo e do trabalho. Os docentes ainda apontam como o mais grave, a substituição do convívio familiar pela programação da televisão e a conseqüente falta de diálogo em casa, como um fator de risco para jovens praticarem atos violentos. A diminuição do prestígio social do professor também contribui para a desvalorização da educação. Segundo a análise das falas, as autoras concluem que a violência é interpretada pelos adolescentes *como uma forma de comunicação, mediada pela escola, família, pelos pares e televisão*, (MINAYO e NJAINE ,2003, p. 131) o que aumenta o desafio de reconhecimento da complexidade das manifestações de violência, sem reduzi-la a uma única fonte.

MARTINS (2005) faz uma revisão da literatura basicamente européia, sobre violência escolar e uma reflexão teórica sobre os conceitos que com ela podem se relacionar, como conduta anti-social e indisciplina. Ao abordar violência escolar, privilegia uma perspectiva psicológica e aponta dois subtipos de violência ou agressão: a violência reactiva ou expressiva, que seria desencadeada pelas condições que a antecedem, culminando numa explosão emocional; e a violência proactiva ou instrumental, que estaria ligada ao que o indivíduo espera obter, a partir da ação violenta. Nas escolas ocorreriam os dois tipos de violência. Outro conceito relacionado com violência seria o de indisciplina, que por alguns é também percebida como uma forma de violência. A autora aponta para três níveis de indisciplina: o primeiro, com desvio às regras de produção, como ruídos durante as explicações dos professores em aula; a segunda, com conflito entre os pares, que podem estar incluídas discussões, brigas e bullying entre os estudantes; e a terceira, conflitos na relação professor aluno, com quebra da autoridade do professor, com insultos, ameaças e ocasionais agressões por parte dos estudantes a professores e funcionários da escola. Após essa caracterização aponta para outros fatores que se relacionam com a violência na escola,

como a ocorrência de delinquência juvenil, a existência de estudantes com desvio de conduta, algumas formas de evolução das condutas agressivas e a ocorrência de Bullying, que embora sejam muito interessantes, não serão abordadas no meu trabalho, por ter como recorte a violência contra os professores. A autora finaliza o artigo, diferenciando conduta agressiva, que cessaria com a submissão do outro, de conduta violenta, que poderia mesmo conduzir à morte, e coloca que “violência escolar” deveria limitar-se às situações mais graves de conduta anti-social que infligem danos contra pessoas e que ocorrem em contexto escolar. Contudo, a partir dessa compreensão, penso que a conduta agressiva e a indisciplina deveriam também ser consideradas violência no contexto escolar, pelas suas conseqüências, assim como sugere CHARLOT (2002) quando trata de acúmulo de incivildades.

PRIOTTO e BONETI (2009) ampliam a compreensão de violência escolar, a partir de duas pesquisas<sup>3</sup> e apontam, já no início do artigo, que a compreensão do fenômeno deve ser feita como algo intrinsecamente relacionado ao contexto social, cultural e histórico em que ocorre. Segundo os autores:

Denomina-se violência escolar todos os atos ou ações de violência, comportamentos agressivos e antissociais, incluindo conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, marginalizações, discriminações, dentre outros, praticados por, e entre, a comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, familiares e estranhos à escola) no ambiente escolar. (PRIOTTO e BONETI, 2009, p. 162-163).

Considero essa definição de violência escolar interessante por ser mais ampla e abarcar maior número de ações praticadas no âmbito escolar, local onde ocorrem os fatos pesquisados. As autoras retomam ainda as diferenciações “violência na escola”; “violência contra a escola” e “violência da escola” trazendo falas dos entrevistados e considerando que em alguns fatos podem estar presentes mais de uma diferenciação de violência. Como conclusão, trazem a necessidade de buscar caminhos coletivos para buscar soluções mais eficazes contra a violência escolar, já que os tipos e as causas são bem diversificadas.

LEVANDOSKI ET ALII (2011) apresentam um estudo sobre violência contra professores de Educação Física no ensino público do Paraná, com a participação de 102

---

<sup>3</sup> A primeira realizada em 2006, intitulada “Características da violência escolar envolvendo adolescentes; e a segunda, realizada entre 2007 e 2008, para uma dissertação de mestrado, intitulada “Violência escolar: Políticas Públicas e Práticas educativas”.

professores que atuam em 14 cidades deste estado. Seus resultados apontam para um alto índice de sentimento de insegurança pelos docentes (87,3%) levando em conta a violência e segurança a partir de crimes, delitos, furtos, roubos, consumo de drogas e incivildades no âmbito escolar. Entre os docentes entrevistados, 21% já foram intimidados com arma de fogo ou branca; 30,4% foram assediados em seus locais de trabalho; 2% sentiram-se ameaçados a ponto de pedir segurança policial para entrar ou sair da escola; entre outros. Os autores consideram que a violência contra os docentes nesta relação professor-aluno encontra-se num nível grave e os professores pesquisados acreditam que os alunos estão dispostos a resolver seus problemas escolares utilizando ações de violência, quando acreditarem que estão sendo prejudicados de alguma forma. Os autores pensam que os docentes também estão sendo vítimas de um sistema político pedagógico falho, que não lhes oferece conhecimento sobre aspectos de indisciplina no meio escolar e não os prepara para “*atuar com essas situações adversas ao ementário curricular*”. ( LEVANDOSKI ET ALII, 2011, p. 382).

### **3.1 Algumas iniciativas públicas contra a violência escolar**

GONÇALVES e SPOSITO (2002) analisam algumas ações do Poder Público que procuraram reduzir a violência escolar, a partir da década de 1980, no início da democratização política do Brasil. Foram realizadas três experiências, das quais comentarei alguns aspectos, nas cidades de Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. Detalharei mais esta última, por ser na mesma cidade de minha pesquisa, embora décadas antes. Em 1996, em Belo Horizonte, o 22 Batalhão da Polícia Militar, propôs uma estratégias de proteção às escolas, através de um programa que ficou conhecido como “Anjos da Escola” e procurou abranger também o entorno das escolas, buscando desobstruir passeios para o deslocamento dos alunos e a limpeza dos lotes fronteirços às escolas. Essa iniciativa levou a criação de políticas mais amplas e abrangentes, como a criação de um banco de dados no Estado de Minas Gerais, acerca da violência escolar. Em 1998 foi estabelecido um convênio entre a polícia e a Universidade Federal de Minas Gerais/ Departamento de Sociologia e Faculdade de Educação. Em São Paulo, uma das estratégias utilizadas para redução da violência escolar, foi ocupar os espaços escolares durante os finais de semana, pela comunidade do entorno. Durante a década de 1980 essas ações se mostraram pouco eficientes porque não houve contratação de

peçoal específico para trabalhar durante esses projetos nos finais de semana; as experiências positivas foram quando esses compromissos acabaram assumidos por trabalhadores da escola que moravam no entorno. Em 1999, a Secretaria de Educação de São Paulo lançou o projeto “Parceiros do Futuro”. De modo diferente do que ocorreu nos anos 80, houve a contratação de um grupo de organizadores treinados, que se encarregaram das atividades dos finais de semana. No segundo semestre de 2000, o programa atingiu 115 unidades da região metropolitana de São Paulo, consideradas pelos órgãos técnicos como de risco social.

Em Porto Alegre, uma frente de esquerda<sup>4</sup> permaneceu vários mandatos no poder, facilitando a manutenção das políticas públicas implantadas. Em 1995, houve a implantação de uma nova proposta pedagógica nas escolas municipais e o tema da violência aparece de forma mais sistemática nas discussões com os educadores. Em 1996 foi assinado um convênio com o Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, buscando realizar pesquisa sobre a violência nas escolas e construir ações coletivas para a redução desse fenômeno. Os dados dessa pesquisa apontaram que as agressões à pessoa perfaziam 59% das ocorrências (agressões, brigas, ameaças a professores, insultos e furtos). O restante estava ligado à violência contra o patrimônio. A partir dessas informações, criaram um conjunto de atividades denominadas ACVE (Ação Contra a Violência na Escola) e esse convênio durou até 2000. Paralelamente a SMED criou o cargo de assessor de políticas sociais a ser ocupado por assistentes sociais lotadas nos Núcleos de Ação Integrada, que eram instâncias intermediárias regionais da Secretaria. Também nesse ano foi previsto a criação do Fórum Municipal integrado por representantes de vários organismos: as várias secretarias municipais participantes, o Ministério Público, Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e associações da sociedade civil como a Ordem dos Advogados do Brasil. A primeira atribuição desse fórum seria a identificação das áreas de atuação prioritária do programa na cidade de Porto Alegre. Em 2001 é iniciado um programa de formação de professores enfatizando propostas voltadas para a fomentação de uma cultura da paz nas escolas. Duas áreas geográficas foram escolhidas pelo alto índice de violência escolar e por problemas envolvendo o narcotráfico e o crime organizado na região. Com a mudança de governo, algumas

---

<sup>4</sup> Iniciada em 1989, liderada pelo PT, a Frente Popular ficou quatro mandatos consecutivos no poder.

dessas ações foram interrompidas, mas os autores apontam que *“administrações mais democráticas têm incentivado a adesão voluntária e a formulação de projetos que nasçam no interior das unidades de ensino”*.

GONÇALVES e SPOSITO (2002) colocam ainda, que a partir dos anos de 1980 há uma busca de respostas variadas para o fenômeno da violência escolar. Ações em conjunto do Ministério de Educação, Secretária de Educação e Organizações Não Governamentais especializadas foram capacitadas, em 2000, através do Programa Paz nas Escolas, aplicado em 14 estados brasileiros, 5.656 professores e 2914 policiais. Houve também estímulo do protagonismo juvenil, com o incentivo a criação dos grêmios estudantis nas escolas. Estratégias como participação de vários atores sociais na vida escolar e ocupação dos espaços escolares nos finais de semana, estiveram presentes em várias das iniciativas estudadas. Um aspecto que aparece como desfavorável em todos os casos são os baixos salários dos docentes e o estado de conservação dos prédios públicos, com falta de diversos equipamentos considerados fundamentais. Um dos fatores que determinaram o sucesso ou fracasso das iniciativas foi a relação e o envolvimento que os docentes na condução e execução das novas políticas. Os autores, após analisar as experiências nas três capitais, colocam que a violência escolar tem gerado pânico e a adoção de medidas centradas exclusivamente nas ações policiais são frágeis. O clima de medo intensificado pela mídia acaba deixando os docentes impossibilitados de realizar atividades efetivas de redução de violência. Deveriam ser investigadas as imagens que o mundo escolar adulto faz das crianças e adolescentes da periferia e procurar desenvolver posturas centradas nas pedagogias dos projetos. Finalizam o artigo, pensando que:

... ao ganhar a agenda pública, o tema da violência em meio escolar não pode passar despercebido pelos formuladores das políticas, sobretudo no nível municipal e estadual, e talvez estejam dadas as condições, pelo acúmulo de experiências, para delineamento de ações integradas que de fato configurem políticas públicas de cunho democrático. (GONÇALVES e SPOSITO, 2002, p.135-136).

Outro estudo importante, para pensar no estabelecimento de políticas voltadas para a prevenção e atenção à saúde dos docentes, é o realizado por ARAÚJO e CARVALHO (2009) a partir da análise de oito estudos epidemiológicos desenvolvidos no estado da Bahia, realizados em docentes baianos entre 1996 e 2007. Os resultados apontam que as populações estudadas eram relativamente jovens e os elevados índices de problemas de saúde, segundo os autores, podem indicar processos de desgaste

precoces e acentuados nessa categoria, destacando-se os problemas osteomusculares, de voz e relativos à saúde mental. Estes problemas estão associados à postura corporal, uso intensivo da voz e formas de organização do trabalho (elevada demanda psicológica, ritmo de trabalho, ambientes em condições inadequadas, relações estressantes entre professores, etc.). Colocam que pela profissão, o professor está acostumado a cuidar dos outros, acaba percebendo a doença como algo individual, não percebendo seu caráter coletivo, devido às condições de trabalho a que é submetido e muitas vezes os sintomas de adoecimento são minimizados ou negados por estes profissionais, até que atingem um patamar que não pode ser ignorado. Além de apontarem a necessidade da implantação de políticas preventivas e de atenção à saúde dos docentes, os autores percebem os desafios de colocar essas questões junto aos próprios professores e terminam o artigo colocando que:

A ausência de reconhecimento do adoecimento e da sua relação com o trabalho tem como maior consequência a manutenção de situações prejudiciais à saúde, o que, por sua vez, colabora para o aumento do adoecimento na categoria e para o abandono da profissão. (ARAÚJO e CARVALHO, 2009, p. 446).

O último estudo do qual trago dados, mas não o menos importante, é o de TAVARES dos SANTOS (2002) sobre violência na escola como uma questão global, onde além de interessante reflexão teórica sobre violência na França, EUA e Canadá, traz dados de sua pesquisa nas escolas de Porto Alegre, entre 1996 e 1999. Na França as causas da violência escolar estariam ligadas a lógica de exclusão e as soluções apontadas seriam o uso da palavra em lugar de atos violentos; nos EUA a violência permitida na sociedade se refletiria na escola e as ações de combate à violência, que adotaram por lá, seriam por um lado, medidas repressivas e por outro, práticas de negociação e resolução de conflitos. No Canadá as ações de combate à violência escolar passaria por uma análise sobre os fatores socioambientais e uma mobilização das forças sociais.

O autor aponta que a interação social está marcada por estilos violentos de sociabilidade, e trabalha com o termo “cidadania dilacerada” porque esta “evoca o dilaceramento do corpo e da carne e a crescente manifestação da violência física na sociedade, a qual ameaça as próprias possibilidades da participação social e da cidadania”. TAVARES dos SANTOS, 2002, p. 118. Considera importante ainda, entender as relações sociais que estão presentes na sociedade, inclusive na escola. Para ele:

Tal situação nos relembra que a violência urbana realiza-se mediante formas de violência difusa e generalizada que atormentam, há tantas décadas, o cotidiano das populações das grandes cidades brasileiras. A violência urbana pode ser explicada pela segregação social e espacial das populações, pelo aumento do desemprego e pelo recurso a soluções diretas resultantes do descrédito do aparelho policial e do sistema judiciário, como o demonstram os linchamentos em periferias urbanas. (TAVARES dos SANTOS, 2002, p. 118).

A partir das reflexões sobre os conceitos de violência escolar (incluindo as diferenciações na, contra e da escola e suas diversas manifestações) a seguinte questão guiou minha pesquisa: *qual é a percepção atual de violência escolar que os docentes da rede municipal de Porto Alegre têm e como ela se manifesta em seu cotidiano laboral?*

Para responder essa questão fiz aplicação de questionários em três escolas da rede municipal, entrevistei pessoas da equipe pedagógica, ouvi relatos de docentes durante os encontros da Frente Parlamentar Contra a Violência nas Escolas e analisei documentação fornecida por diversos órgãos. No capítulo seguinte trago os dados que considere mais relevantes para esta pesquisa.

#### **4. A VIOLÊNCIA NA VISÃO DOS DOCENTES**

Após a explicação da caminhada até aqui, chegou o momento de dar voz aos meus pesquisados: os docentes da rede municipal de Porto Alegre.

##### **4.1- A Frente Parlamentar: análise de alguns relatos**

A *Frente Parlamentar Contra a Violência na Escola* foi lançada na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, no dia 15 de maio de 2015. A primeira reunião do grupo foi presidida pelo vereador de Porto Alegre, Prof. Alex Fraga (PSOL) e contou com a presença de parlamentares de vários partidos, professores, especialistas e comunidade escolar. No primeiro encontro, o especialista em Segurança Pública e Direitos Humanos Marcos Rolim fez uma fala inicial sobre violência nas escolas, houve um debate entre os participantes e a definição de uma agenda de encontros. A atividade ocorreu no Plenário Ana Terra, no segundo andar da Câmara Municipal, na Avenida Loureiro da Silva, 255. A criação da Frente Parlamentar foi aprovada por unanimidade no dia 1 de abril e tem como principal objetivo discutir a violência presente na rede municipal de educação e buscar soluções para a mesma.

A seguir trago o resumo das datas, temáticas e locais dos outros encontros da Frente Parlamentar: 18 de junho – Violência no ambiente escolar: Vivências e

compartilhamento de casos. Contou com relatos de casos de violência escolar na Câmara de Vereadores; 14 de agosto - Reunião da Frente na Zona Norte – Centro Vida; 28 de agosto - Reunião da Frente na Lomba do Pinheiro – EMEF Saint'Hilaire; 11 de setembro - Reunião da Frente na Restinga- Cecores; 02 de outubro – A Escola e a Rede de Proteção da Criança e do Adolescente. Contou a presença na mesa de debates de representantes da Smed, Deca, Conselho Tutelar; 13 de novembro – Assédio Moral – reunião para debater assédio moral contra os professores em Porto Alegre. Contou a presença na mesa de debates de representantes da Atempa, 38 ° Núcleo do CPERS e da Prof. Márcia Vitorello, Doutora em Educação e Psicanálise e Psicóloga.

Um dos primeiros encaminhamentos da Frente Parlamentar foi a solicitação de informação, à Secretaria Municipal de Administração (SMA)<sup>5</sup> e à Secretaria Municipal de Educação (SMED), de dados referentes às licenças de saúde, às exonerações e às transferências de professores lotados na SMED que foram vítimas de violência em seus locais de trabalho. Em resposta à solicitação, a SMA informou que não possui dados sobre o que foi solicitado e a SMED informou que foram registradas 11 (onze) situações de possíveis agressões físicas a professores, e destes, sete foram transferidos para outras escolas ou para a própria Secretaria Municipal de Educação, e quatro optaram por permanecer nos seus locais de trabalho.

Nos parágrafos seguintes trago informações fornecidos em entrevista, pelo vereador Professor Alex Fraga, sobre os motivos que o levaram a propor a Frente Parlamentar Contra a Violência nas escolas. Sua carreira docente começou há 15 anos e no início dela existiam muitos relatos de agressões verbais a professores. Atualmente as agressões verbais passaram a ser diárias e as raras agressões físicas, tornam-se cada vez mais comuns. Acredita que em meio às transformações que nossa sociedade vem sofrendo, estão se perdendo as noções básicas de respeito e a visão sobre o papel do espaço escolar e do professor sobre a formação de indivíduos conscientes e capazes de raciocinar e agir pela transformação de seus mundos. Alex assumiu o mandato como vereador titular, para substituir o Deputado Estadual eleito, Pedro Ruas. Começou a entrevista relatando que em 2014, alguns professores sofreram agressões físicas em seus locais de trabalho, no interior das escolas municipais e que o mal-estar e sensação de insegurança, após esses fatos, na rede municipal, foram enormes. Desde então, começou

---

<sup>5</sup> Essas solicitações e as respostas fornecidas pelas secretarias estão nos os anexos 1 e 2 deste trabalho.

a pesquisar a melhor forma de dar mais visibilidade ao problema da violência escolar e mobilizar a sociedade na busca por estratégias para enfrentar esse problema. Em 01 de abril de 2015, propôs a abertura da Frente Parlamentar, com o apoio unânime de todos os Vereadores da Câmara.

Ao ser questionado sobre sua atuação enquanto vereador e professor, e como isso influenciou o seu olhar em relação à violência nas escolas, colocou que:

“O meu olhar sobre essa temática, em virtude de minha vivência como professor, é o olhar de ator do processo educacional que vive sob a ameaça constante da falta de segurança. Isso aumenta a minha responsabilidade como parlamentar, pois conheço a dramática situação em que nossa rede de ensino municipal se encontra e a falta de políticas públicas que garantam a integridade física dos integrantes da comunidade escolar.” (Entrevista 1, 2015).

A Frente Parlamentar teve vários encontros durante o ano, e algumas plenárias foram realizadas nos bairros, para proporcionar uma maior participação da comunidade escolar. Nelas diversas pessoas relataram casos de violência nas escolas e entorno, desde danos materiais como depredações e roubos, até violências psicológicas, físicas e ameaças graves a docentes. Ao questionar sua impressão sobre os depoimentos de violência ouvidos, ressaltou que muitos relatos foram bastante impactantes, em especial o da violência sofrida por duas vice-diretoras numa escola da Lomba do Pinheiro, onde uma mãe de aluna invadiu as dependências da escola, destruiu a sala da direção e em seguida agrediu-as. Ao sair da sala prometeu voltar armada e acabar com a vida de ambas. O impacto psicológico e emocional sofrido pelas professoras levou-as a pedir sua exoneração. Ao relatar as ações da Frente Parlamentar até o momento e o que pretende propor no futuro, afirmou que:

“Já estamos encaminhando alguns pedidos de informação, pedidos de providências e pretendemos confeccionar uma cartilha com orientações para as comunidades escolares de como proceder em caso de violência na escola. Pretendemos também viabilizar através do levantamento das demandas de um projeto de Lei que colabore com a garantia da segurança nos espaços escolares. Pesquisamos e descobrimos que existem Leis que colaborariam nesse sentido, mas nunca foram aplicadas e por isso já me reuni com a atual secretária de educação para exigir o seu cumprimento. Infelizmente vivemos um momento de grave desvalorização da educação. A massificação de produtos tecnológicos e ambientes virtuais criam a impressão junto às novas gerações de que a escola perdeu o protagonismo no processo de desenvolvimento da convivência, das habilidades e competências cognitivas e da socialização dos indivíduos. Muitos compreendem a escola como um ambiente opressor, sem atrativos, com currículos defasados, porém capaz de emitir certificados para os que persistirem. Precisamos de um esforço coletivo para ressignificar a escola, resgatando sua importância no desenvolvimento de indivíduos completos e emancipados.” (Entrevista 1, 2015).

Considerarei importante entrevistar o professor Alex, porque atualmente está num cargo de vereador, onde pode, com algumas limitações, fomentar um debate público sobre o tema e impulsionar ações coletivas que levem a construção de políticas públicas de proteção aos docentes. Por se tratar de um professor da rede municipal, creio que sua experiência docente lhe proporcionou a sensibilidade necessária para perceber certas questões, que muitas vezes, quem está afastado das salas de aulas de escolas, durante algum tempo, acaba esquecendo ou não enxergando.

#### 4.2 - A voz docente em questionários e entrevistas

A seguir apresentarei tabelas com as porcentagens<sup>6</sup> das manifestações gerais de violência apontada por escola (Tabela 1) e as manifestações de violência que os docentes relataram sofrer (Tabela 2). Nelas, temos que levar em conta que na maioria das vezes, mais de um tipo de agressão foi relatado por docente, por isso se somarmos as linhas pode resultar um valor maior de 100%.

**Tabela 1- Manifestações gerais de violência nas escolas A, B e C**

	Gritos %	Agressão verbal %	Ameaças %	Empurrões %	Agressão física %	Dano ao patrimônio escolar %	Outra %
A	95,65	100	86,95	91,30	82,60	86,95	30,43
B	90,90	90,90	81,81	90,90	90,90	100	18,18
C	100	90,90	100	100	100	100	36,36

**Fonte: Questionários respondidos nas três escolas selecionadas**

Nas três escolas foram relatadas outras manifestações de violência pelos docentes. Na escola A apontaram como outras manifestações: não copiar nem a data no caderno, durante um turno inteiro; tiroteios e brigas no entorno da escola; não cumprir combinações, fazer o que se quer, na hora que se quer; bullying, manifestações de gangues no espaço escolar, gangues no entorno da escola, desrespeito e descaso com às normas da escola em geral. Na escola B, foram consideradas outras manifestações de violência: violência via redes sociais (na web a violência ocorreria com menor frequência, mas em maior intensidade) e violência simbólica. Na escola C, os relatos de outras manifestações de violência foram: roubo de objetos pessoais de professores e

<sup>6</sup> O número de questionários respondidos por cada escola foi: A-23; B-11 e C-22. Coloquei em porcentagem as tabelas para ter uma idéia da porcentagem de cada manifestação de violência por escola.

alunos; furtos de objetos; danos materiais; pressão psicológica e emocional; interrupção ou impedimento da aula; tiroteios frequentes que impedem o ir e vir da comunidade.

**Tabela 2- Manifestações de violência sofrida pelos docentes nas escolas A, B e C**

	Gritos %	Agressão verbal %	Ameaças %	Empurrões %	Agressão física %	Dano ao patrimônio escolar %	Outra %
A	60,86	86,95	52,17	8,69	4,34	39,13	13,04
B	36,36	54,54	18,18	0	18,18	36,36	9,09
C	45,45	81,81	50	22,72	18,18	40,90	27,27

**Fonte: Questionários respondidos nas três escolas selecionadas**

Na escola A, foram apontados como autores dessas manifestações de violência: alunos (86,95%); aluno e pai (4,34%); responsáveis pelos alunos (4,34%) e desconhecido (4,34%). O relato de agressão física intencional foi cometido por aluno. As outras manifestações de violência nesta escola foram: descaso, indiferença e desacato, cometidos por alunos; vinho jogado em docente na saída da escola, por pessoas desconhecidas; ao separar brigas entre alunos, os docentes acabam sendo atingidos. Na escola B, os autores das violências foram: alunos (72,72%); pais (18,18%) e colegas (18,18%). O relato de agressão física intencional foi cometido por uma mãe de aluno. A manifestação de violência entre docentes foi verbal. As ameaças e agressões verbais também partiram de alunos e pais. As outras manifestações partiram de alunos. Na escola C, as manifestações de violência foram: alunos (86,36%) mãe/pai de aluno (09,09%) ex-diretora da escola (04,54%). As outras manifestações de violência que apareceram nesta escola foram: danos aos pertences dos docentes, cometidos por alunos; furtos de objetos pessoais, cometidos por alunos; assédio moral, cometido pela ex-diretora da escola.

As tabelas acima foram construídas apoiadas nos dados obtidos a partir de duas questões semi-estruturadas, com seis manifestações de violência definidas e a opção “outra” com espaço aberto para descrição, quando esta fosse marcada. Em outra parte do instrumento foram aplicadas três questões fechadas (com opções de sim e não nas respostas), onde os docentes foram questionados se já tinham sofrido ameaças, violência psicológica e violência física, proferida por alunos ou responsáveis. Se compararmos a Tabela 3 com as anteriores, veremos que há dados que se mantêm e outros que se diferenciam. A interpretação que dei para essas diferenças, é que empurrões e danos ao patrimônio foram considerados pelos docentes como violência física, agressões verbais e outras manifestações de violência devem ter sido consideradas como ameaças.

**Tabela 3: Violência psicológica, ameaças e violência física por alunos ou parentes**

	Ameaça %	Violência verbal %	Violência física %
Escola A	52,27	78,26	13,04
Escola B	63,63	90,90	18,18
Escola C	54,54	77,27	36,36

**Fonte: Questionários respondidos nas três escolas selecionadas**

Outro dado interessante é em relação aos encaminhamentos dessas violências. Apesar de todo o mal-estar e medo que causam, são poucos os docentes que registram isso junto à SMED ou fazem boletins de ocorrência (BO) em delegacias. Das três escolas pesquisadas, foram registradas as seguintes respostas:

**Tabela 4: Porcentagem de registros na SMED e/ou BO em delegacias**

	SMED %	BO %
Escola A	13,04	13,04
Escola B	18,18	04,54
Escola C	9,09	18,18

**Fonte: Questionários respondidos nas três escolas selecionadas**

A tabela mostra que são poucos os docentes que denunciam os casos de violência psicológica, ameaças à SMED e polícia, não costumam fazer BO. Essas questões e a leitura dos textos que fiz para o referencial teórico me levar a pensar se viver sob constantes ameaças, insultos e desprestígio social não seria um fator de adoecimento dos professores, que se procuram auxílio para essas questões, ficam limitada geralmente às equipes pedagógicas e direção de suas instituições.

A seguir trago algumas falas tiradas do espaço que deixei aberto no questionário, para que os docentes complementassem os relatos de violência sofrida nas escolas. Prefiro transcrevê-las textualmente para ilustrar melhor os sentimentos e percepções dos mesmos.

“ Nas salas de aula há muitos alunos que não querem estudar, porém são obrigados a permanecerem na sala de aula ou por medo dos pais, ou conselho tutelar ou até para não perderem a bolsa família. Então a aprendizagem não lhes interessa, não faz sentido para sua cultura familiar. Ai começa a indisciplina, somos impotentes. Esse tipo de conduta serve de exemplo, como não acontece nada, tem aluno bom que muda de lado. Enfim é estressante. Obs: Aluno indisciplinado não deve nunca ser reprovado”. (Questionário 3, escola A, 2015).

“O simples fato de o aluno responder ao professor de maneira grosseira ou negativa em uma situação do dia-a-dia é uma violência. Na

maioria passa despercebida ou reagimos também de modo violento. Resolvemos essas situações no dia-a-dia sem comunicar a direção.” (Questionário 4, escola A, 2015)

“É muito comum alunos agredirem verbalmente o professor em sala de aula e frente a isso o professor fica ‘desvalorizado, impotente’ perante o restante da turma. O que fazer, como reagir? Mesmo chamando as famílias, em muitos casos vemos o descaso e o desrespeito das mesmas...a falta de limites e educação (que vem de casa) são expostas aos nossos olhos!!!” (Questionário 8, escola C, 2015).

Essas primeiras três falas ilustram o cotidiano dos professores, as situações relatadas já são parte da rotina diária dos docentes e a maioria não reporta essas situações nem para as direções. Seria “o acúmulo de incivilidade” a que se refere Charlot, que acabam se tornando um tipo de violência e desgastando os docentes em suas atividades. Contudo, a maioria das situações comentadas são um pouco mais graves do que as incivildades cotidianas. As ameaças, podem trazer transtornos psicológicos sérios porque fica difícil trabalhar sabendo que a qualquer momento aquele indivíduo pode partir para um ataque físico, puxar uma arma. Segundo os relatos:

“Referente à situação de ameaça o aluno foi levado à direção, a guarda o revistou e a família foi chamada.” (Questionário 10, escola A, 2015).

“Normalmente ameaça de morte com arma de fogo” (Questionário 18, escola A, 2015).

“Aluno com múltiplos comprometimentos, encaminhado para avaliação médica, em reunião com Conselho Escolar, Direção e Família, ameaçou a todos, tipo, ‘vocês vão ver, vou pegar vocês’. Aluno saiu do bairro após ameaça de morte na rua”. (Questionário 10, escola B, 2015).

“Na escola [...]sofri ameaças de um aluno e fui até a delegacia prestar ocorrência. Outra situação na mesma escola, não sofri diretamente ameaça, mas presenciei na saída da escola um grupo da Tuca, com pedras na mão, esperando um aluno sair. Deste episódio me desencadeou síndrome do pânico”. Na escola atual levei chutei e sofri assédio moral. (Questionário 05, escola C, 2015)

“Sofri ameaça de pai porque estava nervoso que seu filho foi para o DECA antes de ele chegar à escola, foi registrado BO. (Questionário 1, escola B, 2015)

Também foram relatados casos de violência física praticada por alunos contra docentes e descaso de direções e supervisões em relação aos fatos. Nesses momentos os docentes expressam a fragilidade que sentem e como esse problema é tratado como

problema individual do docente e não como um problema social. Alguns ficam tão abalados após sofrerem violência física que não querem comentar o assunto ou voltar a atuar em salas de aula. Alguns exemplos desses casos, trago a seguir:

“Não gostaria de lembrar, pois isso machuca muito” (Questionário 15, escola A, 2015).

“Em defesa à uma colega que sofreu agressão, intervi e descii rolando junto à agressora, escadaria abaixo. Me faltou apoio da direção- ao meu ver- de uma intervenção mais efetiva. (Questionário 8, escola B, 2015).

“ Em algumas situações de violência sofridas por mim e por colegas, algumas pessoas da equipe pedagógica agiram como se nós, professores, fôssemos responsáveis ou culpados pela ocorrência. Este aspecto contribui para o quadro de intensificação da depressão e stress, pois não houve culpa nem responsabilidade de minha parte ou de meus colegas na violência sofrida por nós”. (Questionário 7, escola C, 2015).

“Não ocorreu comigo, mas com a minha diretora, em uma outra escola da rede -[...] - Um aluno atirou um tijolo nela. E a mãe desse aluno agrediu o guarda, arrancando-lhe os botões da farda. Noutra escola, [...]um aluno atirou uma cadeira na professora e quase todos os dias, os carros dos professores eram riscados, tinham as calotas roubadas e os pneus esvaziados.” (Questionário 10, escola C, 2015).

“Na [...]fui abordada por homens armados que me tiraram do carro e me mandaram abrir o porta-malas às 7:00 hs da manhã, quando um homem que desconheço gritou: ‘Ela é professora’ e fui jogada dentro do carro (nunca fiquei sabendo se eram policiais ou bandidos). (Questionário 22, escola C, 2015).

Foram diversos os pequenos relatos feitos nos questionários, gostaria de poder trazer todos, mas há limites de páginas, contudo creio que dar voz aos pesquisados enriquece o trabalho. Sobre a questão da violência contra docentes, foram entrevistados membros das equipes pedagógicas, que atendem ocorrências de violência praticadas por alunos nas escolas. Nas entrevistas colocaram que atendem em média, semanalmente, 15 casos de agressão física entre alunos; 10 casos de agressões psicológicas entre alunos; 5 casos de violência psicológica contra professores, proferida por alunos. Os registros de violência física contra docentes nessas escolas, praticada por alunos ou familiares, fica em torno de cinco casos por ano.

Ao questionar sobre a violência psicológica contra os docentes, um entrevistado relata que:

“Atendo diariamente pelo menos um caso de violência psicológica contra professores. São xingamentos, indiferença, olhares ameaçadores e até

mesmo falas de caráter sexual. Há diferença entre a contestação adolescente para construção da própria personalidade. Essa violência vem acompanhada de uma agressividade que demonstra qualquer desconhecimento de protocolos sociais, reconhecimento da autoridade do adulto...Como disse antes, atendemos uma clientela que vive em um sociedade onde o "respeito" é imposto pelo medo. Quando o professor contraria a vontade daquele aluno, que tem outras vivências que lhe proporcionam, até mesmo, ganhos financeiros e inserção em grupo respeitado, temido, ele reage com violência, ameaça, ou indiferença. O trabalho do SOE, acontece, então, com conversa com o aluno junto aos que são responsáveis por ele. O aluno é chamado a reflexão sobre como se sentiria se agissem assim com ele. Às vezes surte algum efeito. Como a escola é dinâmica, isso deve ser sempre retomado. Muitas vezes a violência se repete. Quando um aluno reage assim muitas vezes, sentimos o peso de uma lei que protege muito o educando (e que não é uma lei ruim), mas que não abrange professores e todos os outros envolvidos no trabalho de educação deste menor." (Entrevista 2, 2015)

Essa percepção é uma realidade cada vez mais presente nas escolas. São coisas diferentes a contestação adolescente e indisciplina típica dessa faixa etária e a apropriação de espaços da escola, para exercer tráfico de drogas, por exemplo, tão comum nas escolas da rede. Se o aluno vai armado, intimida colegas e comunidade, que opções restam ao docente, nessa situação?

Os pesquisados afirmam que a violência contra docentes tem aumentado. Uma questão central, para eles, é o papel das famílias na relação com a escola e os docentes. Parece que há uma mudança na compreensão do papel da escola, por parte da maioria das famílias, que a enxergam como uma fonte de direitos e serviços para seus filhos, sem necessariamente haver uma contrapartida de apoio e comprometimento por parte dela em relação à escola. Segundo os entrevistados:

Penso que a violência contra os professores vem piorando. E entendo que a piora das relações passa inevitavelmente pelos pais, ou seja, a violência contra o professor está relacionada diretamente com o entendimento que os pais possuem do papel da escola e professor tem na vida do aluno. Atualmente, a maioria dos pais tem a escola como um local onde tem que prestar serviços dentro da lógica de funcionamento deles. Em relação aos professores estes são prestadores de serviços que não podem constranger ou frustrar qualquer tipo de expectativa de seus filhos. Quando isso acontece, seja por parte da escola ou professores, depositam todas suas frustrações e desilusões nas situações em que seus filhos são desautorizados, não atendidos da forma que eles, pais, acham que deveriam ser atendidos, quando não são autorizados a ir a passeios etc. Ou seja, os pais passam para os filhos a mensagem para o filho que a escola ou professor não é referência nenhuma e a forma de se resolver eventuais problemas é a mesma lógica que se tem em muitas realidades familiares ou na realidade do bairro, ou seja, a violência verbal ou física. (Entrevista 3, 2015).

Minha percepção é de que a violência tem aumentado. Não só contra professores... mas sim. Me assusta o fato de que antes ainda havia uma ética e tanto pais com alunos ainda respeitavam a autoridade e a integridade física dos

professores. Atualmente são usuais e constantes as ameaças, xingamentos e desmoralização dos professores e de seu trabalho. Ainda percebo uma minoria que faz isso. Mas existe e assusta. A violência contra professores também se dá a nível governamental. Vimos, nas duas últimas greves a ameaça de corte de ponto e o nosso direito de greve desrespeitado. Isso não é violento? Luta-se por salário, mas também por condições de trabalho. E isso deve ter parceria entre políticas públicas!!! Isso não ocorre. (Entrevista 2, 2015).

Outro ponto levantado é a violência simbólica, a desvalorização do trabalho dos docentes, tanto pelas famílias, quanto pela Secretaria Municipal de Educação, através de políticas truculentas e corte de pontos, como aconteceu na última greve dos servidores municipais. Os docentes já trabalham com um cotidiano de extrema violência nas comunidades em que estão inseridas suas escolas e ainda têm a violência que sofre dos que deveriam proporcionar apoio e melhores condições de trabalho. Sobre os encaminhamentos dados quando um professor sofre violência física ou psicológica, colocam que:

O professor tem a situação de stress, por conta dele se afasta, no geral, por falta de tempo, preparo, instrumentos, pessoas ou interesse, a Direção não consegue dar conta da demanda apoia ou incentiva o afastamento. A SMED não trata também o caso como tem que tratar, pois na maioria dos casos não ajuda as escolas, quando estas estão interessadas, em afastar o(a) aluno(a) para que a situação resolva. Na minha opinião a situação deveria ser tratada de maneira que pudesse dar apoio ao professor, ou seja, psicológico, jurídico e, ainda, suporte em sua volta, conversando com a turma em questão, afastando o(a) aluno(a) em questão e, ainda, sensibilizando a turma e pais dos alunos desta turma quanto a importância do respeito, da autoridade do professor, diálogo e da comunicação não violenta. (Entrevista 3, 2015)

O professor é acolhido no SOE e Direção da Escola. É aconselhado a prestar queixa em Delegacia. A família do aluno é chamada. A escola esclarece os fatos. Todos os fatos são analisados individualmente. Cada professor reage de um jeito. Alguns sugerem determinados encaminhamentos. Não há um protocolo a ser seguido. Depende muito da gravidade dos fatos e de como o professor está reagindo. Se o aluno incorre no ato violento novamente contra o mesmo professor ou contra outros, pode ser convidado a transferir-se de escola porque esgotam-se as intervenções pedagógicas para com esse educando. Aqui vem o peso de uma lei que protege o aluno. Há falta de uma lei que proteja o professor. O aluno, para ser retirado da escola tem que ter a concordância dos pais, ou sua troca tem que ser avaliada pela rede de atendimento composta por Conselho Tutelar, Assistência Social, Saúde e Educação. O aluno está amparado e tem direito a isso. Mas e o professor? (Entrevista 2, 2015).

Os questionários e entrevistas têm focado a violência física e psicológica praticada geralmente pelos alunos e famílias contra os docentes. Contudo, outro tipo de violência também aparece, afligindo os professores: a violência vinda das práticas e políticas da SMED em relação aos docentes. Algumas já foram citadas, como corte do ponto por greve e assédio moral, mas outras, como a não liberação para estudos e

outros eventos de formação docente, abertura de sindicâncias serão tratadas no próximo item.

### 4.3- Outros dados sobre violência escolar

Além dos questionários e entrevistas, analisei documentos da SMED, Frente Parlamentar e ATEMPA e também trago alguns dados de pesquisa que realizei para um encontro internacional de professores em 2010, sobre condições reais dos docentes da rede municipal de Porto Alegre participarem de eventos de educação para contribuir com sua formação continuada. A maioria apontou nos questionários daquela investigação, que o excesso de carga horária em sala de aula e a não liberação pelas direções, alegando falta de RH, eram os principais motivos que o levavam a não participação de cursos de formação continuada e estudos em educação. Outros motivos secundários seriam a falta de financiamento, o valor dos cursos e o cansaço de terem que fazer os mesmos durante os finais de semana, já que as escolas geralmente não os liberariam para tal fim, durante a semana. Sobre isso, escrevi na época:

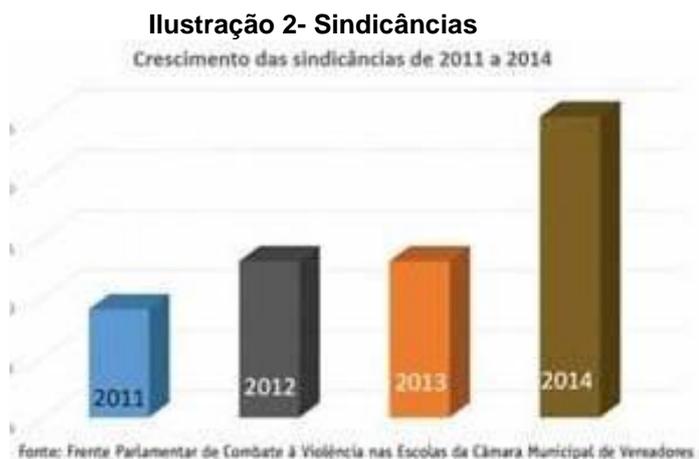
Os dados de minha pesquisa apontam para um problema fundamental que ocorre na rede municipal de Porto Alegre: a falta de professores, a necessidade de mais nomeações para substituir aqueles que já estão aposentados ou em vias de aposentar-se e alguns que estejam em eventuais licenças. Em muitas escolas há necessidade de quadros em várias áreas e a volância acaba funcionando como um *tapaburaco* para cobrir a falta de docentes. A escassez de recursos para investir em cursos citada pelos docentes como significante para a não participação em eventos de Educação é outro motivo que aponta para uma lógica nas entrelinhas, que coloca a formação continuada do docente como uma responsabilidade individual e não uma responsabilidade institucional e/ou social. (NÚÑEZ, 2010, p.11)

Essa lógica de sobrecarregar o docente com carga excessiva em sala de aula, não liberações de licenças para estudos, falta de RH obrigando setores e direções a deixar de cumprir seus papéis fundamentais para entrar em sala de aula e cobrir falta de professores é um tipo grave de violência escolar que afeta todo o andamento das escolas. Uma simples briga entre alunos ou uma discussão entre professores e alunos, se devidamente encaminhada pelo SOE ou direção, pode não ter maiores consequências e ocorrer a harmonização entre as partes, com o suporte adequado. Mas o desgaste dos docentes e equipes pedagógicas, aliada a situações de violência cotidiana, só causa o adoecimento e afastamento de mais profissionais, agravando o quadro municipal que se encontra bastante fragilizado no momento.

Uma pesquisa que deveria ser feita é a coleta de dados sobre as causas de licenças médicas de professores e exonerações por causa da violência escolar. Até quatro anos atrás, os docentes tinham acesso em suas escolas, geralmente em painéis na sala dos professores, a folhas com horas de regime suplementar e complementar de trabalho que poderiam solicitar, nas escolas que têm falta de RH. Atualmente o acesso a esses dados são dificultados pela secretaria, que não os disponibiliza mais mensalmente ou quinzenalmente, como costumava fazer, cabendo aos docentes interessados ter que abrir protocolo para conseguir essas informações ou ir pessoalmente até o setor de RH e contar com a boa vontade de quem for atendê-lo, passe ou não essas informações, que são públicas, deveriam estar no site da prefeitura e ser atualizadas semanalmente para que toda a comunidade escolar saiba em quais escolas faltam ou não docentes.

Parece que a gestão tem ignorado sua responsabilidade em tornar o cotidiano dos docentes mais agradável e produtivo, proporcionando-lhes oportunidades de criar novos projetos, realizar cursos de qualificação para que se sintam motivados a continuar na profissão. O que ocorre é uma rotatividade de professores nas escolas consideradas mais complicadas, não conseguindo manter-se com um quadro de RH estável, que crie vínculos para pensar soluções coletivas duradouras, onde os docentes se sintam de fato parte da comunidade escolar. As pesquisas mostram que quando os docentes não se engajam nos projetos, por mais que enviem decretos e orientações às escolas, elas não acontecerão ou acontecerão em parte, se forem consideradas autoritárias ou pouco interessantes, e a desmotivação tomará conta do ambiente escolar, prejudicando o processo de ensino-aprendizagem e a educação de forma geral.

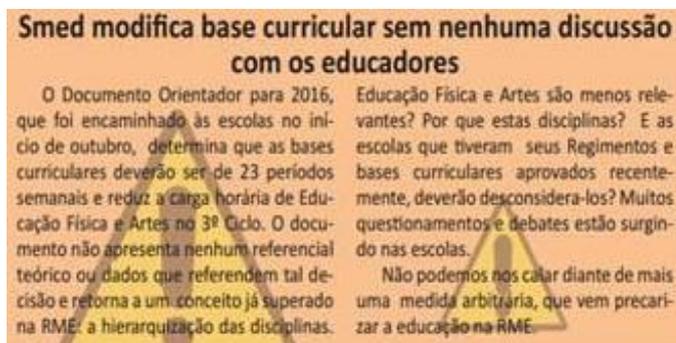
A seguir trago três pontos debatidos pela ATEMPA em seu informativo de outubro de 2015. O primeiro é um gráfico sobre o aumento das sindicâncias pela SMED como meio de punir direções e não respeitar a gestão democrática e autonomia das escolas.



**Fonte: Informativo da Atempa- Outubro de 2015**

O segundo ponto em pauta pela ATEMPA, considerado uma forma de violência institucional contra os docentes, é a redução arbitrária de períodos de educação artística e educação física, desvalorizando essas disciplinas e provocando incertezas e preocupações sobre o futuro desses profissionais em suas escolas de lotação.

#### **Ilustração 2- Modificação curricular arbitrária**



**Fonte: Informativo da Atempa- Outubro de 2015**

O terceiro ponto é uma Linha do Tempo, com manifestações de violência nas escolas em 2014 e 2015 que não foram tratadas anteriormente nesta pesquisa.

### Ilustração 3- Linha do Tempo da Violência



Fonte: Informativo da Atempa- Outubro de 2015

Esse documento foi elaborado pela ATEMPA, a partir da resposta da SMED a uma solicitação de informação da Frente Parlamentar Contra a Violência nas Escolas à secretaria, solicitando informações acerca de registros de violência contra docentes. Contudo, a partir da análise das respostas dos questionários do item 4.2 deste trabalho, podemos pensar que talvez existam muitos outros casos que não foram informados, já que a grande maioria dos docentes informou ter sofrido ameaças, violência psicológica e física e não ter feito relatos à SMED ou BO em delegacias.

Esses são alguns dos pontos que mostram diversas violências contra docentes da rede municipal, partindo tanto de alunos e familiares, quanto da SMED, que deveria orientar e proteger seu quadro docente e não lhe causar mais problemas dos que enfrentam no cotidiano de violência em que está inserido.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procurei analisar diversas manifestações de violência escolar contra os docentes da rede municipal de Porto Alegre e a percepção que estes têm sobre essa violência. Para isso realizei uma pesquisa de cunho qualitativo, usando uma diversidade de material que caracteriza esta pesquisa como estudo de caso. Coloquei relatos de minha caminhada profissional e acadêmica que julguei pertinentes para enriquecer o trabalho e penso que este é um estudo inicial, de uma discussão que deverá ser aprofundada nos âmbitos escolares e acadêmicos, por sua relevância para a educação de forma geral. Um dos dados que mais me chamou a atenção foi o alto índice de violência e incivildades que os docentes reconhecem sofrer em seu cotidiano e o reduzido número de denúncias que os mesmos registram junto à SMED e delegacias. Penso que essa violência fosse devidamente registrada pelos docentes e encaminhada à secretaria municipal de educação e delegacias, trazendo consequências a seus praticantes, passaria a ser desnaturalizada e problematizada pela sociedade de forma geral, ficando mais fácil de pensar soluções coletivas para um problema que está sendo carregado individualmente pelos docentes (encarado como um problema pessoal), mas que é social e exige a criação de políticas públicas de combate, por parte dos gestores, e ações coletivas da sociedade civil como um todo.

Além dos dados das três escolas em que foquei meu olhar para este TCL, venho como comentei no início, colaborando com a Frente Parlamentar Contra a Violência nas Escolas e até o momento, passei em mais oito escolas de diversas zonas, deixando questionários com as direções, explicando a pesquisa e recolhendo os mesmo depois. Além dos 56 questionários das 3 escolas analisadas, tenho até o momento 95 questionários de outras 8 escolas comigo e a equipe de trabalho que fará o relatório da Frente, tem mais outros que não sei precisar no momento. O relatório da Frente Parlamentar está previsto para o primeiro semestre de 2016. Esses dados serão analisados numa continuidade a este trabalho, que como já coloquei, tem como um dos objetivos, motivar mais pesquisas e discussões sobre o assunto, já que há escassez de dados sobre violência contra docentes na Rede Municipal de Porto Alegre e nas escolas do RS, de forma geral.

## 6. REFERÊNCIAS

ATEMPA. Informativo da Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre. Outubro de 2015. Disponível em: [http://atempa.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2015/10/boletim\\_out\\_2015.pdf](http://atempa.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2015/10/boletim_out_2015.pdf) . Acesso em 20.11.2015

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em Educação? Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.

ANSER, Maria Aparecida Carmona Ianhes; JOLY, Maria Cristina Rodrigues Azevedo; VENDRAMINI, Claudete Maria Medeiros. Avaliação do conceito de violência no ambiente escolar: visão do professor. Psicologia: Teoria e Prática – 2003, 5(2): 67-81.

ARAÚJO, Tânia Maria de; CARVALHO, Fernando Martins. Condições do trabalho docente e saúde na Bahia: estudos epidemiológicos. Educ. Soc. , Campinas, vol 30, n. 107, p. 427-449, maio/ago. 2009. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. (Traduzido do original em Francês por Sônia Taborda). Sociologias. Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002, p. 432-443.

DAHLBERG, Linda L. ; KRUG, Etienne G. . Violência: um problema global de saúde pública. Capítulo extraído com autorização do autor do Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. OMS, Organização Mundial de Saúde. Genebra: OMS; 2002. Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/csc/v11s0/a07v11s0.pdf> . Acesso em 20.10.2015.

DUBET, François. A escola e a exclusão. Tradução: Neide Luiza de Rezende. Cadernos de Pesquisa, n. 119, julho/2003.

KOPTTIKE, Alberto (org.); BASSANI, Fernanda (org.). Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre. RS: 2014. Porto Alegre: Editora Bestiário. 2014. 270 p.

LEVANDOSKI, Gustavo; OGG, Fabiano; CARDOSO, Fernando Luiz. Violência contra professores de Educação Física no ensino público do Estado do Paraná. Motriz, Rio Claro, v.17, n. 3, p. 374-383, jul/set. 2011.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, Maria José D. O problema da violência escolar: uma clarificação e diferenciação dos vários conceitos relacionados. *Revista Portuguesa de Educação*, ano/vol. 18, número 001. Universidade do Minho. Braga, Portugal. PP 93-115.

MINAYO, M. C. S. Conceitos, teorias e tipologias de violências: a violência faz mal à saúde individual e coletiva. In: NJAINE, K.; ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. (org.). *Impactos da Violência sobre a saúde*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. 384 p. p. 21 – 42.

NUÑEZ, C. P. P. Professor da Rede Municipal de Porto Alegre: Possibilidades e Resistências a uma formação continuada para a Educação Básica. In: XVIII Seminário Internacional de Formação de Professores para o MERCOSUL/ CONE SUL, 2010, Florianópolis. *Anais do XVIII Seminário Internacional de Formação de Professores para o MERCOSUL/ CONE SUL, 2010*. Disponível em: <http://seminarioformprof.ufsc.br/files/2010/12/N%C3%9A%C3%91EZ-Carla-Patr%C3%ADcia-Pintado3.pdf> . Acesso em 12.11.2015

PRIOTTO, Elis Palma; BONETI, Lindomar Wessler. Violência Escolar: na escola, da escola e contra a escola. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 9, n. 26, p. 161-179, jan./abr. 2009.

SPOSITO, Marília P. *Os jovens no Brasil: Desigualdades Multiplicadas e Novas Políticas*. Belo Horizonte: Observatório da Educação, 2003.

TAVARES dos SANTOS, José Vicente. A violência na escola, uma questão social global. En: *Violencia, sociedad y justicia en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002 Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101109035918/5dossantos.pdf> Acesso em 30.11.2015

UNESCO, 2003. *Violências nas Escolas. Versão Resumida*. Abramovay, Miriam. *Violências nas escolas/ Miriam Abramovay et alii.* . Brasília : UNESCO Brasil, REDE PITÁGORAS, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

## 7. ANEXOS

### Anexo 1



Câmara Municipal  
de Porto  
Alegre

PROC. N°  
P.L. N°

Senhor(a) Presidente(a):

¶ Vereador que este subscreve requer que, após os trâmites regimentais, com fundamento no art. 98 do Regimento deste Legislativo e no art. 57, IX, da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, seja encaminhado ao Executivo Municipal o seguinte

### PEDIDO DE INFORMAÇÕES

Venho através deste solicitar informações à Secretaria Municipal de Administração (SMA) de Porto Alegre sobre alguns dados, os quais seriam: todas as licenças de saúde, as exonerações e transferências de Professores lotados na SMED, com as respectivas escolas, que foram vítimas de agressões em seus locais de trabalho.

### JUSTIFICATIVA

Realizamos esse pedido tendo em vista o papel fiscalizador previsto para a Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre e a disposição da Lei Orgânica do Município que estabelece como uma de suas competências as solicitações de informações ao Executivo de assuntos pertinentes à Administração Pública.

O pedido em voga tem relevância também devido a participação do nosso mandato na Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana e na liderança da Frente Parlamentar contra a Violência nas Escolas desta Casa. A posse dos dados citados acima ajudará na elaboração do diagnóstico da situação dos professores da Rede Municipal de Educação diante da ocorrência de casos de agressões e violência nas escolas e como esse processo se reflete na situação funcional dos mesmos.

Porto Alegre, 20 de Maio de 2015.

Ver. Prof. Alex Fraga

## Anexo 2



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
GABINETE DA SECRETÁRIA



À GRO/GVP

Em atenção ao Pedido de Informações nº 039/2015 do Vereador Professor Alex Fraga, e complementando o que a SMA informou:

Nos registros da diretoria de Recursos Humanos da SMED, no Setor de Desenvolvimento de Pessoas – foram registrados 11 (onze) situações de possíveis "agressões físicas" a professores. Destas, 07 foram remanejados para outras escolas e ou SMED e 04 preferiram permanecer nas mesmas escolas.

Porto Alegre, 02 de julho de 2015.



Cleci Jorach,  
Secretária Municipal de Educação.

## Anexo 3

- Sindicâncias realizadas no ano de 2011:

Sindicância	Postura	Patrimônio/Furto	Total Geral
Total	09	10	19

- Sindicâncias realizadas no ano de 2012:

Sindicância	Postura	Patrimônio/Furto	Total Geral
Total	13	10	23

- Sindicâncias realizadas no ano de 2013:

Sindicância	Postura	Patrimônio/Furto	Total Geral
Total	13	09	21

- Sindicâncias realizadas no ano de 2014:

Sindicância	Postura	Patrimônio/Furto	Total Geral
Total	25	23	48

Neste ano, quatro situações apontadas pelo Conselho foram encaminhadas para Inquérito Administrativo, sendo que um dos processos, a tramitação para a Comissão de Inquérito Administrativo ocorreu no de 2015.

- Sindicâncias realizadas no ano de 2015 (até 22/07/2015):

Sindicância	Postura	Patrimônio/Furto	Total Geral
Total	11	07	18 + 5 = 13

De outra banda, cumpre esclarecer que os documentos que instruem e fundamentam cada processo de sindicância, como Denúncias, Depoimentos, Relatórios, Pareceres, etc., são peças encartadas individualmente em cada expediente administrativo. Após o encerramento de cada sindicância, realizadas as devidas anotações, os autos são encaminhados para o Arquivo Central, visto a significativa quantidade de documentos que são anexados nos processos.

Como já mencionado, trata-se de uma quantidade significativa de documentos, além do que, os processos estão, em sua maioria, arquivados. Assim, com o fito de otimizar os

procedimentos, bem como evitar gastos desnecessários ao erário, sugerimos que sejam especificados os processos necessários para compor a pesquisa pretendida para que possamos realizar as cópias da documentação pertinente.

Desde já nos colocamos para prestar outras informações e esclarecimentos.

Atenciosamente

Em 29/07/2015.

Cleci Maria da Silva  
Secretária Municipal de Educação

## 8. APÊNDICES

### Apêndice 1: Entrevista ao vereador Professor Alex Fraga

#### 1) Como surgiu a Frente Parlamentar Contra a Violência?

1) No ano de 2014 alguns professores sofreram agressões físicas no interior das escolas municipais onde trabalhavam, e o mal estar e sensação de insegurança que se espalhou na rede foram enormes. Ao assumir o mandato como vereador titular, ao substituir o Deputado Estadual eleito, Pedro Ruas, pesquisei a melhor forma de levar esse tema à discussão para dar mais visibilidade ao problema e mobilizar a sociedade na busca por estratégias para enfrentar a violência nos espaços escolares. Propus em ----- de abril de 2015 a abertura da Frente Parlamentar, com o apoio unânime de todos os Vereadores da Câmara.

#### 2) Tu estás num mandato de vereador, mas teu trabalho é como professor, inclusive da rede municipal. Como isso influenciou teu olhar em relação à violência nas escolas?

2) O meu olhar sobre essa temática, em virtude de minha vivência como professor, e o olhar de ator do processo educacional que vive sob a ameaça constante da falta de segurança. Isso aumenta a minha responsabilidade como parlamentar, pois conheço a dramática situação em que nossa rede de ensino municipal se encontra e a falta de políticas públicas que garantam a integridade física dos integrantes da comunidade escolar.

#### 3) Como percebes a violência contra professores nos últimos cinco anos?

3) Minha carreira docente começou há 15 anos atrás e no início existiam muitos relatos de agressões verbais a professores. Atualmente as agressões verbais são diárias e as raras agressões físicas, tornam-se cada vez mais comuns. Parece-me que em meio às transformações que nossa sociedade vem sofrendo, estão se perdendo as noções básicas de respeito e a visão sobre o papel do espaço escolar e do professor sobre a formação de indivíduos conscientes e capazes de raciocinar e agir pela transformação de seus mundos.

#### 4) O que mais te chamou a atenção durante os depoimentos sobre violência que os professores trouxeram durante as reuniões da Frente?

4) Muitos relatos foram bastantes impactantes, em especial a sofrida pelas duas vice-diretoras da EMEF. Vila Lobos, onde uma mãe de aluna invadiu as dependências da escola, destruindo a sala da direção e em seguida agredindo-as. Ao sair da sala prometeu voltar armada e acabar com a vida de ambas. O impacto psicológico e emocional sofrido pelas colegas, levou-as a pedir sua exoneração.

#### 5) Que ações pretendes propor a partir do relatório da Frente para combater a violência nas escolas?

5) Já estamos encaminhando alguns pedidos de informação, pedidos de providências e pretendemos confeccionar uma cartilha com orientações para as comunidades escolares de como proceder em caso de violência na escola. Pretendemos também viabilizar através do levantamento das demandas de um projeto de Lei que colabore com a garantia da segurança nos espaços escolares. Pesquisamos e descobrimos que

existem Leis que colaborariam nesse sentido, mas nunca foram aplicadas e por isso já me reuni com a atual secretária de educação para exigir o seu cumprimento.

#### 6) Gostarias de colocar mais alguma coisa sobre o assunto?

6) Infelizmente vivemos um momento de grave desvalorização da educação. A massificação de produtos tecnológicos e ambientes virtuais criam a impressão junto às novas gerações de que a escola perdeu o protagonismo no processo de desenvolvimento da convivência, das habilidades e competências cognitivas e da socialização dos indivíduos. Muitos compreendem a escola como um ambiente opressor, sem atrativos, com currículos defasados, porém capaz de emitir certificados para os que persistirem. Precisamos de um esforço coletivo para resignificar a escola, resgatando sua importância no desenvolvimento de indivíduos completos e emancipados.

### **Apêndice 2- Entrevista 2.**

As questões 1 e 2 não foram transcritas para preservar a identidade do entrevistado.

#### 3. O que consideras violência?

3- Violência para mim é agressão intencional. Pode ser verbal, sexual, contra a tua moral, religião. Resulta, na minha forma de ver, da incapacidade de seguir ou identificar regras e autoridades. Pode ser originada de situações econômicas e sociais desfavoráveis, mas também pode ser reprodução de violência sofrida. É um conceito complexo!

#### 4. Quantos registros de agressões físicas entre alunos atendes aproximadamente por semana?

4- Agressões físicas entre alunos são diárias. Principalmente entre os pequenos. Alunos pequeninos tem dificuldades de falar sobre seus sentimentos e angústias e reproduzem muito do que veem (violência física) quando se sente ameaçados. Também resulta da forma como brincam, com muito contato corporal. Já entre os adolescentes, há uma média de 5, 6 por semana! Algumas brigas chamam mais atenção que outras porque são a "atração" do recreio, a GM é chamada. Mas quase que diariamente, atendo alunos que se agridem em sala de aula. Outros são agredidos e vem até o SOE comunicar e pedir ajuda. Coisas do tipo: "O fulano passa por mim e me dá um tapa da nuca!". Questões que nascem fora da escola, bullying, questões de gênero e etnico-raciais, são os motivadores de tais agressões.

#### 5. Quantos casos de violência psicológica entre alunos atendes por semana (xingamentos, ameaças...)?

5- Não dá tempo de fazer o controle de quanto se atende por semana desse tipo de violência. O trabalho do SOE é muito procurado. Mas dá para pensar em 5 a 6 casos por tarde. A ameaça e o xingamento é o que mais tem. Os alunos falam para professores, falam para o SOE. O SOE contata famílias para tentar evitar conflitos maiores. Nem

sempre consegue. O que começa na rua, fora da escola é controlado até certo ponto dentro da escola. Quando há a pressão psicológica para o aluno brigar com quem lhe ameaça é terrível! E existem muitos que insuflam a violência! Ele vive em uma sociedade onde o respeito é adquirido quando se bota medo, quando se impõe a força... e aí ele briga, agride fisicamente. Acontece, também, de só sabermos que existia o xingamento e a ameaça, depois que a briga é deflagrada!

#### 6. Quantos casos de violência psicológica contra professores atendes por semana?

6- Atendo diariamente pelo menos um caso de violência psicológica contra professores. São xingamentos, indiferença, olhares ameaçadores e até mesmo falas de caráter sexual. Há diferença entre a contestação adolescente para construção da própria personalidade. Essa violência vem acompanhada de uma agressividade que demonstra qualquer desconhecimento de protocolos sociais, reconhecimento da autoridade do adulto... Como disse antes, atendemos uma clientela que vive em um sociedade onde o "respeito" é imposto pelo medo. Quando o professor contraria a vontade daquele aluno, que tem outras vivências que lhe proporcionam, até mesmo, ganhos financeiros e inserção em grupo respeitado, temido, ele reage com violência, ameaça, ou indiferença. O trabalho do SOE, acontece, então, com conversa com o aluno junto aos que são responsáveis por ele. O aluno é chamado a reflexão sobre como se sentiria se agissem assim com ele. Às vezes surte algum efeito. Como a escola é dinâmica, isso deve ser sempre retomado. Muitas vezes a violência se repete. Quando um aluno reage assim muitas vezes, sentimos o peso de uma lei que protege muito o educando (e que não é uma lei ruim), mas que não abrange professores e todos os outros envolvidos no trabalho de educação deste menor.

#### 7. E violência física contra professores, quantos casos já atendeste neste ano?

7- Atendi 6 casos de violência física contra o professor. Atendi em conjunto com outras colegas. A violência, na maioria dos casos, foram acidentais. Tem a intenção de agredir colegas mas agridem professores. Eu própria, em maio, fui ajudar na separação de uma briga na escola e levei um arranhão no rosto. Dois casos foram de agressão intencional. Em um dos casos, o aluno deu um tapa na professora. Em outro o aluno precisava ser contido e empurrou a professora.

#### 8. Qual é tua percepção de violência contra os professores nos últimos cinco anos?

8-Minha percepção é de que a violência tem aumentado. Não só contra professores... mas sim. Me assusta o fato de que antes ainda havia uma ética e tanto pais com alunos ainda respeitavam a autoridade e a integridade física dos professores. Atualmente são usuais e constantes as ameaças, xingamentos e desmoralização dos professores e de seu trabalho. Ainda percebo uma minoria que faz isso. Mas existe e assusta. A violência contra professores também se dá a nível governamental. Vimos, nas duas últimas greves a ameaça de corte de ponto e o nosso direito de greve desrespeitado. Isso não é violento? Luta-se por salário mas também por condições de trabalho. E isso deve ter parceria entre políticas públicas!!! Isso não ocorre.

#### 9. Qual é a postura da comunidade em relação aos professores da escola?

9- No geral a comunidade respeita o trabalho e os professores. A escola ainda é vista como um espaço para a busca de muitos direitos (direito a educação, saúde, trabalho...). Nossa escola tem um trabalho de aproximação e valorização de iniciativas populares. Ocorre que existem pessoas que vem até a escola e impõe o medo pela ameaça, xingamentos, cobranças descabidas (como se fosse culpa da escola a criança cair e ralar o joelho, não ter professores, não ter prestado socorro a um ferido da rua...).

10. Que encaminhamentos são dados quando um professor sofre violência física ou psicológica?

10 - O professor é acolhido no SOE e Direção da Escola. É aconselhado a prestar queixa em Delegacia. A família do aluno é chamada. A escola esclarece os fatos. Todos os fatos são analisados individualmente. Cada professor reage de um jeito. Alguns sugerem determinados encaminhamentos. Não há um protocolo a ser seguido. Depende muito da gravidade dos fatos e de como o professor está reagindo. Se o aluno incorre no ato violento novamente contra o mesmo professor ou contra outros, pode ser convidado a transferir-se de escola porque esgotam-se as intervenções pedagógicas para com esse educando. Aqui vem o peso de uma lei que protege o aluno. Há falta de uma lei que proteja o professor. O aluno, para ser retirado da escola tem que ter a concordância dos pais, ou sua troca tem que ser avaliada pela rede de atendimento composta por Conselho Tutelar, Assistência Social, Saúde e Educação. O aluno está amparado e tem direito a isso. Mas e o professor?

### **Apêndice 3- Entrevista 3.**

As questões 1 e 2 não foram transcritas para preservar a identidade do entrevistado.

3. O que consideras violência?

Todo tipo de conduta que fere fisicamente, moralmente e mentalmente o indivíduo.

Soco, chute, palavrões, gritos etc.

4. Quantos registros de agressões físicas entre alunos atendes aproximadamente por semana?

Em média 20 registros

5. Quantos casos de violência psicológica entre alunos atendes por semana (xingamentos, ameaças...)?

Em média 10 registros

6. Quantos casos de violência psicológica contra professores atendes por semana?

Em média 05 registros

7. E violência física contra professores, quantos casos já atendeste neste ano?

Já atendi 05 casos.

8. Qual é tua percepção de violência contra os professores nos últimos cinco anos?

Penso que a violência contra os professores vem piorando. E entendo que a piora das relações passa inevitavelmente pelos pais, ou seja, a violência contra o professor esta relacionado diretamente com o entendimento que os pais possuem do papel da escola e professor tem na vida do aluno. Atualmente, a maioria dos pais tem a escola como um local onde tem que prestar serviços dentro da lógica de funcionamento deles. Em relação aos professores estes são prestadores de serviços que não podem constranger ou frustrar qualquer tipo de expectativa de seus filhos. Quando isso acontece seja por parte da escola ou professores, depositam todas suas frustrações e desilusões nas situações em que seus filhos são desautorizados, não atendidos da forma que eles, pais, acham que deveriam ser atendidos, quando não são autorizados a ir a passeios etc. Ou seja, os pais passam para os filhos a mensagem para o filho que a escola ou professor não é referencia nenhuma e a forma de se resolver eventuais problemas é a mesma lógica que se tem em muitas realidades familiares ou na realidade do bairro, ou seja, a violência verbal ou física.

9. Qual é a postura da comunidade em relação aos professores da escola?

A comunidade, em sua maioria, possui uma postura de enfrentamento em relação a escola e professores. Em uma oportunidade o [...] tinha dito que eles tratavam nós como "inimigos", tipo "somos nós (comunidade) contra eles (escola e professores)". Naquela ocasião pensei que ele tinha exagerado um pouco, porém hoje penso que seja bem isso. Não percebo por parte da comunidade, em geral, motivação para resolver os problemas, pelo contrário vejo, cada vez mais, motivação para enfrentar de toda forma a organização e autoridade da escola.

10. Que encaminhamentos são dados quando um professor sofre violência física ou psicológica?

Olha das situações que eu vi, vem funcionando assim:

O professor tem a situação de stress, por conta dele se afasta, no geral, por falta de tempo, preparo, instrumentos, pessoas ou interesse, a Direção não consegue dar conta da demanda apoia ou incentiva o afastamento. A SMED não trata também o caso como tem que tratar, pois na maioria dos casos não ajuda as escolas, quando estas estão interessadas, em afastar o(a) aluno(a) para que a situação resolva.

Na minha opinião, a situação deveria ser tratada de maneira que pudesse dar apoio ao professor, ou seja, psicológico, jurídico e, ainda, suporte em sua volta, conversando com a turma em questão, afastando o(a) aluno(a) em questão e, ainda, sensibilizando a turma e pais dos alunos desta turma quanto a importância do respeito, da autoridade do professor, dialogo e da comunicação não violenta.

## Apêndice 4- Questionário aplicado aos docentes da rede municipal de Porto Alegre

Questionário sobre Violência nas Escolas da Rede Municipal	
1) Nome da Escola: _____	16) Que práticas poderiam ser adotadas para o combate à violência nas escolas: Pelos alunos _____ Pelos professores _____ Pela Direção _____ Pela comunidade escolar _____ Pelo Governo _____
2) Bairro: _____	17) Você já foi ameaçado por alunos/familiares? ( ) não ( ) sim, _____ vezes.
3) Número de alunos: _____	18) Você já sofreu violência verbal de alunos/familiares? ( ) não ( ) sim, _____ vezes.
4) Marque com X qual (is) seu (s) vínculo(s) ( ) Professor ( ) Funcionário ( ) Equipe Diretiva ( ) Membro do Conselho Escolar ( ) Outro, qual: _____ Tempo de trabalho nessa escola: _____ anos. Tempo de trabalho na rede municipal: _____ anos.	19) Você já sofreu violência física de alunos/familiares? ( ) não ( ) sim, _____ vezes.
5) Reside próximo à escola? ( ) Sim ( ) Não	<b>Em caso de ter sofrido algum tipo de ameaça ou violência.</b>
6) Existe Guarda Municipal ou Policial Militar na portaria. ( ) Sim, C.M. ( ) Sim, P.M. ( ) Não	20) Você teve apoio da direção da escola? ( ) não ( ) sim ( ) em parte
6.1) Em caso afirmativo – quantos turnos ou horas o serviço fica a disposição? _____	21) O fato foi comunicado à SMED? ( ) não ( ) sim
6.2) Como você avalia a relação desses profissionais com a comunidade escolar? _____ _____	22) Se o fato foi comunicado, você teve apoio da secretaria de educação? ( ) não ( ) sim ( ) em parte
7) O que é violência em sua opinião? _____ _____	23) Você fez boletim de ocorrência da ameaça ou agressão numa delegacia? ( ) não ( ) sim
8) De que forma ela se manifesta na sua escola? ( ) gritos ( ) agressão verbal ( ) ameaças ( ) empurrões ( ) agressão física ( ) danos ao patrimônio material da escola ( ) outro: _____	24) Você já teve licença médica ou problemas de saúde em função de ameaças, agressões ou outra situação de violência na escola? ( ) não ( ) sim, _____ vezes.
9) Onde na escola ocorrem os episódios de violência? ( ) na portaria ( ) no pátio ( ) na sala de aula ( ) no corredor ( ) no refeitório ( ) outro: _____	25) Em caso de ter sofrido ameaça ou violência, gostaria de relatar mais alguns detalhes dos fatos? _____ _____ _____ _____ _____ _____
10) Você já sofreu alguma violência no espaço escolar? ( ) Sim ( ) Não	Os dados apresentados neste instrumento poderão ser usados em Trabalho de Conclusão de Licenciatura em Ciências Sociais da UFRGS sobre Violência nas escolas municipais de Porto Alegre e em relatórios da Frente Parlamentar Contra Violência nas Escolas.
11) Que tipo de violência? ( ) gritos ( ) agressão verbal ( ) ameaças ( ) empurrões ( ) agressão física ( ) danos ao patrimônio material da escola ( ) outro: _____	Se desejar contribuir de mais alguma forma com esta pesquisa, deixe seus dados para contato: Nome: _____ e-mail: _____ telefones: _____
12) Onde ocorreu esse episódio? ( ) na portaria ( ) no pátio ( ) na sala de aula ( ) no corredor ( ) no refeitório ( ) outro: _____	Ou entre em contato: <a href="mailto:carla.pintado@ufrgs.br">carla.pintado@ufrgs.br</a> ou <a href="mailto:viriana.marques@gmail.com">viriana.marques@gmail.com</a>
13) Quem foi o autor da violência? _____	
14) Você acha que a escola oferece suporte para lidar com a violência? ( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte.	
15) Que ações a escola implementou neste e no último ano para debater o fenômeno da violência? ( ) Oficinas ( ) palestras ( ) cursos ( ) reuniões ( ) leituras ( ) outros _____	